



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CATARINA ROSE BEZERRA

**A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA COLÔMBIA DURANTE O GOVERNO PASTRANA
(1998 – 2002): UMA ANÁLISE SOB OS PRISMAS DA SEGURANÇA HUMANA E DO
*PEACEBUILDING FROM BELOW***

JOÃO PESSOA
2014

CATARINA ROSE BEZERRA

**A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA COLÔMBIA DURANTE O GOVERNO PASTRANA
(1998 – 2002): UMA ANÁLISE SOB OS PRISMAS DA SEGURANÇA HUMANA E DO
*PEACEBUILDING FROM BELOW***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo R. L. Kuhlmann

JOÃO PESSOA
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B574c Bezerra, Catarina Rose

A construção da paz na Colômbia durante o Governo Pastrana (1998 – 2002) [manuscrito] : uma análise sob os prismas da segurança humana e do peacebuilding from below / Catarina Rose Bezerra. - 2014.

77 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Departamento de Relações Internacionais".

1. Segurança humana. 2. Peacebuilding from below. 3. Movimentos de paz. 4. Conflito Colombiano. I. Título.


21. ed. CDD 363.1

CATARINA ROSE BEZERRA

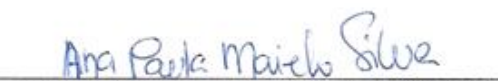
**A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA COLÔMBIA DURANTE O GOVERNO PASTRANA
(1998 - 2002): UMA ANÁLISE SOB OS PRISMAS DA SEGURANÇA HUMANA E DO
PEACEBUILDING FROM BELOW**

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.


Aprovado(a) em 18/11/2014.



Professor(a) Paulo Roberto Loyella Kuhlmann / UEPB
Orientador(a)



Professor(a) Ana Paula Maielo Silva / UEPB
Examinador(a)



Professor(a) Marcos Alan Ferreira / UFPB
Examinador(a)

Dedico esta pesquisa a minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha mãe, Rosa Maria Bezerra, por ter sido mãe e pai, pela inteira dedicação, presença, força para me ajudar nos momentos mais difíceis, pelas longas conversas ao telefone durante esses quatro anos, enfim, por todos os ensinamentos de amor e fraternidade que me fizeram ser o que sou hoje. Agradeço também a Maria do Socorro Camilo da Silva, pelas conversas bem humoradas e pelo apoio incondicional. A Lucas Emanuel Camilo Bezerra, pelo amor de irmão que apesar da distância sempre se traduziu em presença. A Juliane Correia, por estar ao meu lado no início e agora também no fim. A todos os tios, mas, principalmente, a Eva Claudino Bezerra, Socorro Siqueira e Antônio Claudino Bezerra pelo incentivo e ajuda quando necessário. A minha avó, Quitéria Claudino Bezerra por ser a base da família e por representar um amor profundo, mesmo no silêncio. A Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, meu namorado, amigo, companheiro dos momentos mais difíceis, agradeço pela enorme paciência e pelas conversas sobre as Relações Internacionais, sempre geradoras de ótimas ideias.

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba, que me proporcionou as condições para a elaboração desse trabalho de conclusão de curso, me provendo os conhecimentos adequados. Agradeço também a minha turma, em especial a Lívia Guedes, Paulo Batista e Ana Cláudia Rozendo, por todos os momentos nos quais estivemos juntos nos ajudando. É importante mencionar a colaboração do Grupo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais - Segurança Estatal e Segurança Humana (GEPRI - UEPB), e do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GEPASM - UEPB), pelos debates sempre muitos esclarecedores e responsáveis pelas inquietações motivadoras dessa pesquisa.

Ademais, tive amigos muito importantes durante esses quatro anos de Graduação. Agradeço aos que representaram minha família em João Pessoa, sempre próximos e com um amor concreto me fizeram continuar caminhando rumo à meta, Danilo Luna, Heloísa Vilela, Lucas Dantas, Anatil Maux, Thaís Espíndola, Lorrane Lima, Renata Ketry e Thaisa Lopes. Às minhas três “Anas”, Ana Clara Carvalho, Ana Carla Lyra e Ana Eliza Trajano, pelo amor de irmãs e unidade sempre sentida. A Carla Janaina, Francisco Mateus, Iara Ferreira e Fátima Ferreira, pelo apoio e presença em momentos essenciais. Às minhas amigas da vida toda, Moema França, Isabela Paschoal e Joana Kastle pela paciência e por, mesmo na distância, continuarem comigo. Agradeço por fim aos meus psicopatas, Juliana Gonçalves, Maria Eduarda Malta, Diogo Araújo, Thiago César, Raul Laranjeira, Andrei Autran, Marcos Queiroz e Paulo Matos por me proporcionar momentos únicos e sempre muitas risadas.

Por fim, gostaria de agradecer de forma especial ao meu orientador, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, por ter me incentivado a pesquisar desde os meus primeiros momentos de universidade, por ter estado ao meu lado sempre me ajudando nos meus momentos de escuridão de ideias e por ter se tornado um amigo que me faz ir pra frente. A Ana Paula Maielo, pelas aulas sempre esclarecedoras e fonte de pensamentos críticos que me ajudam a olhar para o mundo de forma questionadora. A Marcos Alan, pela disponibilidade e conversas geradoras de reflexões fundamentais, além das dicas sempre importantes.

Todos estes foram parte essencial da presente pesquisa, e sou muito grata pelo apoio.

[...] Estamos profundamente convencidos de que, apesar de tudo, a paz é possível, aliás, é o único caminho viável e que conduz a um futuro digno dos mais altos valores humanos. [...] Trabalhar pela paz corresponde à nossa vocação mais profunda, às exigências mais sinceras do coração humano.

Chiara Lubich (1999).

RESUMO

As Relações Internacionais representam uma das mais variadas e multidisciplinares áreas de estudo. Ademais, é uma área extremamente dinâmica e suscetível a mudanças significativas ao longo do tempo. No que diz respeito a essas rupturas, um dos períodos considerados mais emblemáticos para o campo em questão é o fim da Guerra Fria. A quebra de paradigma gerada a partir desse evento histórico foi visível em todas as subáreas da disciplina, sendo uma delas a Segurança Internacional. Assim, no fim do século XX, ocorre um processo de alargamento e aprofundamento do escopo da Segurança Internacional – que antes só focava em aspectos tradicionais e no Estado – fazendo emergir teorias como a da Segurança Humana. Tal teoria nos auxilia, portanto, a alicerçar a abordagem do caso colombiano que tem sua história marcada por conflitos. No âmbito político a rivalidade entre liberais e conservadores contribuiu com o estado de violência crônica, dando origem aos polos belicosos: grupos insurgentes, representados principalmente pelas FARC; o próprio Estado e as Forças Armadas, de objetivos difusos e rupturas políticas; e, por fim, os paramilitares, defensores de interesses elitistas e principais violadores dos direitos humanos. Durante o Governo Pastrana (1998-2002) foi implantado um Processo de Paz, a partir disso, portanto, pretende-se entender por que, nesse período, não houve geração de segurança humana – e, por conseguinte, da paz –, enfatizando os movimentos de baixo para cima (*peacebuilding from below*), típicos da abordagem dos Estudos de Paz. Assim sendo, o trabalho será estruturado em três tópicos. Inicialmente, mostra-se necessário apresentar o arcabouço teórico, passando pela apresentação da área da Segurança Internacional, da teoria da Segurança Humana, do *peacebuilding from below* e da definição de movimentos pela paz, procurando, portanto, perceber as conexões existentes entre eles. Em seguida, procura-se fazer um apanhado do histórico do conflito colombiano e das mobilizações pela paz, buscando, porém, focar no período do governo de Andrés Pastrana. E, por fim, objetiva-se analisar – através das lentes oferecidas pelas abordagens da SH e do PFB – o processo de paz implantado no período – avaliando os motivos para sua falha –, identificando também os grupos e *movimentos de baixo para cima* existentes na Colômbia e sua influência tanto antes, quanto durante a administração Pastrana.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Humana; *Peacebuilding from Below*; Movimentos de Paz; conflito Colombiano; Governo Pastrana.

ABSTRACT

The International Relations represent one of the most diverse and multidisciplinary field of study. Moreover, the study of international relations is extremely dynamic and susceptible to significant changes over time. With respect to these ruptures, one of the most iconic periods considered for the field in question is the end of the Cold War. The paradigm shift generated from this historical event was visible in all subfields of the discipline, one of the International Security. Therefore, at the end of the twentieth century, there occurs a so called process of broadening and deepening the scope of International Security – which was previously focused on traditional issues and the State – providing rise to theories such as the Human Security. Such a theory helps us, therefore, to base the approach of the Colombian case that has a history marked by conflict. On the political scope, the rivalry between Liberals and Conservatives contributed to a state of chronic violence, giving birth to the warlike poles: insurgent groups, mainly represented by the FARC; The State itself and the Armed Forces, with blurry goals and political ruptures; and, finally, the paramilitaries, defenders of elitist interests and major human rights violators. During the Pastrana government (1998-2002) there was deployed a peace process, based on which we aim to understand whether during this period was generated human security, emphasizing the bottom up movements (*peacebuilding from below*), a typical Peace Studies approach. Thus, the work will be divided into three topics. Initially, it seems necessary to present the theoretical framework, through the presentation of the area of international security, the theory of human security, peacebuilding from below and from the definition of peace movements, trying thus to realize the connections between them. Then we try to summarize the history of the Colombian conflict and mobilizations for peace-seeking, however, focusing on the period of the government of Andrés Pastrana (1998-2002). Finally, the objective is to analyze - through the lens offered by the approaches of SH and PFB - the peace process implemented in the period - evaluating the reasons for their failure - also identifying the groups and movements upwards in existing Colombia and its influence both before and during the Pastrana administration.

KEYWORDS: Human Security; Peacebuilding from below; Peace Movements; Colombian conflict; Pastrana Government.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1 ARCABOUÇO TEÓRICO: A SEGURANÇA INTERNACIONAL E O ESTUDO DA PAZ	13
1.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA.....	13
1.2 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL	15
1.3 SEGURANÇA HUMANA: O INDIVÍDUO COMO FOCO	17
1.3.1 A corrente em perspectiva	22
1.4 OS ESTUDOS DE PAZ	24
1.4.1 O campo da Resolução de Conflitos	25
1.4.1.1 As Estratégias da Resolução de Conflitos.....	26
1.4.1.2 <i>Peacebuilding from below</i> : os movimentos de baixo para cima.....	27
1.5 MOVIMENTOS DE PAZ: HETEROGENEIDADE DO CONCEITO	29
1.5.1 Uma definição operacional dos Movimentos de Paz	30
2 O CONFLITO COLOMBIANO: HISTÓRICO E DESDOBRAMENTOS	33
2.1 ORIGENS E HISTÓRICO RECENTE DO CONFLITO	33
2.1.1 <i>La Violencia</i> e outros meta-eventos.....	34
2.1.2 Os grupos de extrema esquerda	36
2.1.3 Os grupos de extrema direita	38
2.2 HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: MARCOS DE UM ANSEIO DE PAZ.....	39
2.2.1 Os Movimentos de Paz e os <i>Pontos de Quebra</i>	43
2.2.1.1 Antecedentes: de 1978 a 1985.....	44
2.2.1.2 Institucionalização inicial das mobilizações: de 1986 a 1992.....	45
2.3 O GOVERNO PASTRANA: ANTECEDENTES E CONTEXTO POLÍTICO	48
3 UMA ANÁLISE DO CASO COLOMBIANO: A GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA E O <i>PEACEBUILDING FROM BELOW</i>	50
3.1 A DIMENSÃO FORMAL: O PROCESSO DE PAZ A PARTIR DO ESTADO	50
3.2 A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES INTERNACIONAIS NO PROCESSO	53
3.3 TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS DE PAZ.....	56
3.3.1 A continuidade das ações: de 1993 a 1999	56
3.3.2 O processo de enfraquecimento: de 2000 a 2003.....	60
3.4 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO FRACASSO DO PROCESSO	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	73

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Relações Internacionais representam uma das mais variadas e multidisciplinares áreas de estudo. Seu caráter abrangente permitiu o desenvolvimento de diversas linhas de pensamento, que se refletiram na grande quantidade de correntes que dialogam e disputam espaço na disciplina. Por tal motivo, o estudo das relações internacionais é extremamente dinâmico e suscetível a mudanças significativas ao longo do tempo. No que diz respeito a essas rupturas, um dos períodos considerados mais emblemáticos para o campo em questão é o fim da Guerra Fria.

A quebra de paradigma gerada a partir desse evento histórico foi visível em todas as subáreas da disciplina. Em uma delas, a dos Estudos de Segurança Internacional, é possível observar o aumento da atenção dada a conflitos de natureza distinta aos que dominavam os debates até então. A partir disso, diversas pesquisas na área da Segurança Internacional têm buscado ampliar e aprofundar o escopo da sua agenda de pesquisa, a fim de englobar não só novos temas, mas também novas perspectivas epistemológicas.

Tal evolução nos Estudos de Segurança faz com que as análises dessa matéria escapem à comum dicotomia entre Guerra e Paz, compreendendo que há uma gama de eventos mais complexos que merecem atenção especial. Essa percepção proporcionou o desenvolvimento de uma série de novas abordagens. Entre essas, encontra-se a chamada Segurança Humana (SH), que procura ir além das preocupações com aspectos tradicionais centradas na figura do Estado, envolvendo questões militares e de defesa nacional. Assim, tal abordagem foca, principalmente, nos indivíduos, na sociedade onde vivem e nas questões que podem ameaçar a sua segurança, limitando suas capacidades de pleno desenvolvimento. Uma vez colocada em pauta a importância da participação do indivíduo no conflito, diversos teóricos de Segurança Humana e dos Estudos de Paz vão explicitar o seu papel essencial na resolução de eventos dessa natureza.

Portanto, levou-se em consideração que, para essas correntes, o papel da sociedade civil na solução de conflitos, negligenciada nos estudos clássicos, é tão importante quanto o das Forças Armadas. Como exemplo de tal atuação, destaca-se, na presente pesquisa, os chamados *movimentos de baixo para cima* que se voltam ao tema da geração da paz. Essa dinâmica é apresentada por Oliver Ramsbotham, Hugh Miall e Tom Woodhouse (2005, p.217) como *peacebuilding from below* (PFB), processo através do qual se objetiva dar o poder necessário às comunidades, para fazer delas *peacemakers* locais.

Levando em consideração as ferramentas teóricas advindas dessas abordagens e tomando como pressuposto que questões de Segurança não podem limitar-se aos momentos de Guerra, constata-se que a América do Sul não pode ser vista como uma região pacífica. Logo, indo além das definições tradicionais de segurança – que veem as possibilidades de conflitos sendo criadas apenas por e entre Estados – percebe-se que essas dinâmicas podem ocorrer no âmbito interno dos países, partindo tanto de atores não vinculados ao órgão estatal quanto do próprio Estado, que pode se configurar como causador de insegurança à sua população.

Por conseguinte, no que diz respeito a tais dinâmicas de segurança na América do Sul e dentro da ótica do novo caráter dos estudos da subárea em questão, encontramos na Colômbia uma das principais problemáticas do continente. A cultura de violência se instalou nesse país a partir da sua independência e, se desenvolveu, aumentando a área de abrangência e as motivações dos atos violentos. A base para o conflito nasceu no âmbito político, onde o poder foi sempre dividido entre dois partidos: o liberal e o conservador. Essa rivalidade deu origem aos polos belicosos da crise colombiana – grupos guerrilheiros de esquerda, grupos paramilitares de direita e o Estado com as *Fuerzas Militares de Colombia* – que foram responsáveis, ao longo das décadas, por diversos eventos extremamente violentos, marcando profundamente a história do país.

Entretanto, durante as eleições que elegeram Andrés Pastrana presidente – para os anos de 1998 a 2002 –, foram apresentadas propostas que buscavam abarcar novas dimensões, dando maior atenção ao indivíduo e às questões sociais que geravam o conflito ou eram causadas por ele – e que tinham sido negligenciadas até então. Tais propostas estavam reunidas no projeto para um processo de paz, que buscava principalmente o diálogo entre Estado e grupos insurgentes, além da contenção do paramilitarismo.

Assim, é com base em tais propostas que se busca analisar o mandato de Andrés Pastrana a fim de identificar os principais motivadores para a falha do processo de paz e questionar se o viés mais voltado para o indivíduo foi ou não privilegiado em algum momento das negociações – em outras palavras, se o Governo Pastrana e as negociações para a paz geraram segurança humana no país. Isto é, se as causas estruturais do conflito foram mitigadas, e se as necessidades básicas da população foram atendidas – aumentando o elo entre sociedade civil-Estado e diminuindo àquele entre sociedade civil-grupos guerrilheiros. E, se isto não ocorreu, qual foi o motivo. Ademais, para realizar essa análise enfatizam-se os movimentos de paz que partem do desejo da própria sociedade de civil, sendo assim

consideradas ações de baixo para cima – como base no conceito de *peacebuilding from below* e intimamente relacionado à abordagem da Segurança Humana.

Como apresentado até esse ponto, metodologicamente, a investigação desenvolvida durante o trabalho será focada em apenas um estudo de caso. Esse tipo de análise – comumente tratada no campo das ciências sociais como *single case study* – oferece ao pesquisador as oportunidades para atingir maior profundidade nas pesquisas. Além disso, Arend Lijphart (1971), em obra seminal, recomenda que se concentre a análise num recorte temporal específico e em variáveis-chave, sendo possível, assim, otimizar o tempo e tornar o trabalho ainda mais completo dentro daquilo que se propõe. De tal forma, a presente pesquisa trabalha com o recorte temporal que compreende o mandato de Andrés Pastrana (1998- 2002), englobando o Processo de Paz que atravessou seu governo e os movimentos que fizeram parte do mesmo. Sendo assim, apesar de curto, o período possui grande relevância para a compreensão do caso como um todo.

Por outro lado, no que diz respeito às variáveis, busca-se uma ótica menos positivista com menor preocupação no estabelecimento imutável de relações de causa e efeito. No entanto, certa ligação entre variáveis parece facilmente identificada em nossa abordagem, mesmo que seus efeitos e conclusões só possam ser afirmados ao final da pesquisa. Assim, se tomarmos como base a terminologia clássica apontada por Stephan Van Evera (1997), pode-se apontar como variável independente (*A*) a falha na geração de Segurança Humana – que aqui consideramos como sinônimo da geração de paz – associada a não ocorrência do *peacebuilding from below*. Como variável dependente, destacamos (*B*) falha no processo de paz em questão. Associadas diretamente ao malogro do processo como um todo, estão as chamadas variáveis intervenientes: (*q*) a falta de estratégia na condução dos diálogos com as FARC; (*r*) a não inclusão de atores – internos e externos – importantes, como os grupos paramilitares – não foram incluídos nem combatidos – e a ONU, nas conversações; e, por fim, (*s*) falta de coesão em ambos os lados – governo colombiano e FARC – gerando ausência de confiança.

No que se refere aos níveis de análise¹ utilizados para realizar a pesquisa, trabalhamos focando em dois deles, simultaneamente, isto é, buscamos observar o caso tanto a partir do Estado quanto do indivíduo e da sociedade onde está inserido – como a abordagem da Segurança Humana aponta –, trazendo assim um retrato daquilo que foi realizado nos dois

¹ Definimos nossos níveis de análise de acordo com a indicação de Kenneth Waltz. Tal qualificação se mostra necessária devido a grande variedade de atores nas Relações Internacionais. “Para fazer essa variedade gerenciável, as respostas podem ser ordenadas sob três títulos: o homem, a estrutura dos diferentes Estados, o Sistema de Estados. [...] Estas três possíveis causas serão posteriormente referidas como imagens das relações

âmbitos. Consideramos aqui, portanto, que para a geração da segurança humana, é necessário que as duas partes ajam, em diversas frentes – tanto o governo quanto a sociedade civil no movimento de *peacebuilding from below*. No caso estudado, investigamos se esses atores – o Estado agindo através de políticas que visam a geração de segurança humana e os indivíduos participando do processo, de forma ativa – de fato assumiram seus papéis, dentro daquilo que as teorias aqui utilizadas nos levam a observar.

Dessa forma, a técnica de pesquisa aqui aplicada para análise do estudo de caso é abastecido por uma vasta revisão bibliográfica, fundamentada em artigos, dissertações e teses da área. Buscamos satisfazer a comum e essencial exigência acadêmica do uso da literatura teórica, no momento da utilização do debate entre diversos teóricos da Segurança Internacional e Estudos de Paz. Com isso, pretende-se uma fundamentação teórica capaz de embasar as hipóteses formuladas, ou seja, para verificar as afirmações postuladas, alicerçadas nessas mesmas teorias.

Ademais, na pesquisa em questão defende-se a hipótese de que não houve a geração de Segurança Humana, devido a fatores como: a ausência de estratégia na condução das negociações; a falta de coesão em ambos os lados; e a exclusão de uma série de atores importantes – internos e externos –, especialmente, da sociedade civil personificada nos movimentos de paz. Essa combinação de elementos resulta no fracasso do Processo de Paz. Assim sendo, para que se possa confirmar tal afirmação o trabalho será estruturado em três tópicos. Inicialmente, se mostra necessário apresentar o arcabouço teórico, passando pela apresentação da área da Segurança Internacional, da teoria da Segurança Humana, do *peacebuilding from below* e da definição de movimentos pela paz, tentando, portanto, perceber as conexões existentes entre eles. Em seguida, procura-se fazer um apanhado do histórico do conflito colombiano – e das mobilizações pela paz, que dariam origem posteriormente ao forte movimento pela paz presente no país –, buscando, porém, focar no período do governo de Andrés Pastrana (1998-2002). E, por fim, objetiva-se analisar – através das lentes oferecidas pelas abordagens da SH e do PFB – o processo de paz implantado no período – avaliando os motivos para sua falha –, identificando também os grupos e *movimentos de baixo para cima*, existentes na Colômbia e sua influência tanto antes, quanto durante a administração Pastrana.

1 ARCABOUÇO TEÓRICO: A SEGURANÇA INTERNACIONAL E O ESTUDO DA PAZ

1.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA

Os Estudos de Segurança Internacional (ESI) se desenvolveram como um dos principais e mais produtivos campos das Relações Internacionais, além de serem tema de diversos foros de discussão da política internacional, em especial durante a Guerra Fria. Apesar de poderosa influência no processo de tomada de decisão e do surgimento de obras consideradas clássicos da área, o conceito de Segurança, por anos, foi tomado como implícito, e pouca discussão meta-teórica² foi desempenhada pelos autores da disciplina (BUZAN, HANSEN, 2012, p.46).

Tal lacuna em sua definição acabou, por muitos anos, sendo preenchida pela ideia de Segurança Nacional³, tomada como representação política clara da aplicação dos estudos da área. Por esse motivo, a origem dos Estudos de Segurança Internacional contemporâneos costuma ser associada à escola dos Estudos Estratégicos – explicada com maior profundidade na próxima seção.

Apesar da abordagem tradicionalista ser a mais aceita, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, algumas discussões foram levantadas. Para autores como Wolfers (1952, p.483) e, posteriormente, Baldwin (1997, p.12), o conceito de Segurança poderia ser visto como essencialmente ambíguo. Portanto, “a segurança é mais apropriadamente descrita como um conceito confuso ou inadequadamente explicado [...]” (BALDWIN, 1997, p.12). Por outro lado, essa nebulosidade do conceito e o entrelaçamento da segurança com outras áreas de conhecimento geraram outras abordagens acerca da definição. Autores como Buzan passaram a defender a criação de distinções e especificações visando à redução da ambiguidade existente na definição em questão. A Segurança, portanto, se tornaria um conceito hifenizado, ou seja, acompanhado de uma especificação de seu escopo.

O vácuo conceitual foi, portanto, o responsável pela incerteza e pouca precisão nos limites do estudo da Segurança Internacional, o que é demonstrado pela inclusão de trabalhos

² “A meta-teoria é uma teoria sobre teorias, ou uma que especifica as condições prévias para a relevância de uma determinada teoria.” (KEATING, PORTA, 2008, p.352).

³ Segundo Arnold Wolfers, tal Segurança Nacional dizia respeito a “certo grau de proteção de valores previamente adquiridos. Nas palavras de Walter Lippmann, uma nação está segura, à extensão na qual não está em perigo de sacrificar os valores centrais, se quiser evitar a guerra, e é capaz, se desafiada, de mantê-los através da vitória nessa guerra.” (WOLFERS, 1952, p.484). Isso em muito explica a adoção da ideia de Segurança Nacional como elemento chave de uma segurança em nível internacional.

das mais diversas perspectivas, como apontam Buzan e Hansen, dentro da lógica de autodenominação:

Nós ampliamos nossa rede e incluímos o trabalho daqueles que se identificam como participantes dos ESI (principalmente em termos de como elas intitulam o seu trabalho, quem eles parecem considerar como seus leitores apropriados e, até certo ponto, onde publicam), independentemente se todos os outros que se autoidentificam com a subárea os aceitam como "membros" ou não. (2012, p.35)

Essa ampliação do alcance da Segurança segue alimentando os debates mais efusivos do campo, criando distintas correntes de pensamento, entre os que defendem a maior rigidez na definição e os que apontam para a necessidade de maior abrangência de fontes de ameaça tanto quanto dos referenciais do estudo. A presente pesquisa inclina-se a uma visão mais crítica dos estudos de Segurança e compartilha das ideias sintetizadas por Barry Buzan e Lene Hansen (2012) de que a ampliação, não necessariamente, esvazia conceitualmente a Segurança:

Isto não quer dizer que qualquer coisa possa virar “segurança”; em primeiro lugar, porque nem todas as questões políticas podem receber a prioridade da “importância de segurança” ao mesmo tempo e, em segundo lugar, porque a construção discursiva de “ameaças à segurança” será influenciada pela história de um Estado, a sua posição geográfica e estrutural, além das reações (discursivas) que obtém de outros, internacional e domesticamente. (BUZAN, HANSEN, 2012, p.69)

É perceptível que o conceito de segurança foi, e ainda é, objeto de discussão e pouco consenso. No presente trabalho, adotaremos a definição construída por Tadjbaksh e Chenoy (2007, p.39) que afirmam que “a mais simples definição de segurança é a ‘ausência de insegurança e ameaças’ às liberdades do ‘medo’ (de abusos físico, sexual ou psicológico, violência, perseguição, ou morte) e do ‘querer’ (de um emprego justo, comida, e saúde).”. Além disso, a fim de refinar o conceito que será aqui utilizado, podemos adicionar a análise que afirma que “[...] uma vez que há certa ambiguidade na frase ‘ausência de ameaças’, a fraseologia de Wolfers, reformula-a como ‘uma baixa probabilidade de dano aos valores adquiridos!’” (BALDWIN, 1997, p.13). Obviamente, como supracitado por Buzan, as nuances de cada contexto devem ser levadas em consideração, o que torna o conceito flexível, mas não vazio.

Tal abertura, ora adotada, não tem como objetivo enfraquecer os debates de Segurança, mas proporcionar a existência de espaço e foros de discussão que propiciem a

inclusão de temas pertinentes que foram, por demasiado tempo, negligenciados no debate em questão.

1.2 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Mesmo com a manutenção da posição de certo prestígio dos debates tradicionais e do constante dissenso – quanto a sua validade e importância – no campo, a ampliação dos ESI é considerada uma realidade. Para que essa abertura fosse alcançada, um vasto caminho foi percorrido pelos debates da Segurança Internacional. Esse percurso, em termos gerais, acompanhou as discussões das Relações Internacionais, em seu campo teórico, sendo movido pelas diversas forças motrizes⁴ que causaram transformações nessa disciplina. (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 77)

Os desacordos ontológicos e epistemológicos supracitados serviram, dessa forma, para identificar diferentes posicionamentos. Esses, posteriormente, viriam a se tornar as distintas correntes de pensamento que guiaram a evolução – partindo de uma abordagem histórica – dos Estudos de Segurança Internacional. Segundo Buzan e Hansen (2012, p. 33), o ponto de partida do campo, de fato, encontra-se no imediato pós Segunda Guerra, quando as preocupações com ameaças militares externas, projeção de poder e a perspectiva de Segurança Nacional tomavam conta dos debates políticos e acadêmicos. “Segurança tornou-se palavra de ordem (Wolfers, 1952; Yergin, 1978) [...]” (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 33).

Dessa forma, os primeiros trabalhos a serem levados em consideração estavam imersos em valores regidos por um sistema que se concentrava no Estado, apresentando uma abordagem materialista⁵, centrada nas dinâmicas militares e que tratava a posição estatocêntrica como uma característica imutável da análise de segurança (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 74). Essa corrente, que durante muito tempo foi uma das principais abordagens do estudo de segurança internacional e está profundamente vinculada ao Realismo das Relações Internacionais, ficou conhecida como a Escola dos Estudos Estratégicos. “Se trata de uma concepção tradicional da segurança que caracterizou o campo dos estudos estratégicos, mas

⁴ As Forças Mtrizes – são cinco: política das grandes potências, tecnologia, eventos-chave, dinâmica interna dos debates acadêmicos e institucionalização – são agentes determinantes aos ESI. Assim, elas são responsáveis tanto por definir aquilo que é importante ser estudado, ou seja, quais tópicos são relevantes para a segurança, como por moldar aquilo que os acadêmicos escrevem. (BUZAN, HANSEN, 2012, p.78)

⁵ Por materialista, nos referimos à abordagem que considera fatores históricos como dados, impassíveis de transformação e discussão. (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 74).

que também foi dominante durante décadas na disciplina das Relações Internacionais.” (PEOPLES, VAUGHAN-WILLIAMS, 2009, p.5. APUD PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.27).

Durante certo tempo, eventos cruciais refletiram a influência dos Estudos Estratégicos e praticamente eliminaram qualquer debate conceitual. “Enquanto a Guerra Fria continuava e os Estudos de Segurança entravam em seus chamados anos dourados, entre 1955 e 1965, estas discussões conceituais recuaram e o subcampo tornou-se quase exclusivamente dedicado ao estudo das armas nucleares e rivalidade bipolar.” (BUZAN, HANSEN, 2012, p.117). A construção do Muro de Berlim (1961), a Guerra da Coreia (1950-53) e a Crise dos Mísseis (1962), por exemplo, conduziam o foco de atuação dos acadêmicos, civis e militares do campo em questão.

Por outro lado, outra linha clássica de pensamento – a chamada escola dos Estudos de Paz – se desenvolvia em oposição aos Estudos Estratégicos. “Os pesquisadores da paz questionavam tanto a moralidade quanto a racionalidade dos Estudos estratégicos (BULL, 1968; WIBERG, 1981) e também os significados de guerra e paz (GALTUNG, 1969).” (BUZAN, HANSEN, 2012, p.170). Assim, essas análises buscavam reduzir ou eliminar o uso da força nas relações internacionais. Além disso, destacavam os perigos do debate Estratégico, colocando a importância da segurança individual no mesmo nível de importância que a segurança estatal, o que demonstrava uma variação nos seus referenciais (BUZAN, HANSEN, 2012, p.73).

Apesar das profundas críticas apresentadas pelos Pesquisadores da Paz, do ponto de vista ético e moral aos Estudos Estratégicos, no início, aquela corrente não se afastava em muito de uma lógica positivista. Em suma, no aspecto epistemológico, pouca distância havia entre as duas linhas de pensamento. “Assim como os Estudos Estratégicos, no seu início, a Pesquisa de Paz também contava com um grupo de cientistas sociais e naturais que trouxeram consigo as ferramentas metodológicas positivistas de suas disciplinas.” (BUZAN, HANSEN, 2012, p.171).

Dessa forma, a posição de enfrentamento entre os Estudos de Paz e os Estudos Estratégicos se deu mais em termos normativos que pragmáticos – assim como o debate clássico das Relações Internacionais, entre Idealistas e Realistas – tratando, assim, de concepções mais abstratas sobre o comportamento dos Estados e dos atores, que refletia os dilemas da própria natureza humana. (CARR, 1946, p.128).

Porém, foi a partir do fim da Guerra Fria que os estudos de segurança sofreram grande impacto. A própria modificação no cenário das relações internacionais, a partir da

globalização e da ascensão do pensamento liberal, colocou em relevo a importância de outros atores além da figura do Estado – principalmente o indivíduo, que desde a década de 1990 vem recebendo maior atenção no meio internacional (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.27). Assim, uma das consequências disso parece ter sido a evolução das questões regionais de segurança, que ganharam um caráter mais autônomo e proeminente, tal como a ascensão da noção de novas ameaças⁶, distintas da tradicional ameaça militar estatal. Deve-se muito desse processo ao fim da bipolaridade e da rivalidade das superpotências. Sem as suas políticas constantes de projeção de poder em diversas regiões, os atores locais passaram a ter mais espaço para se articular (BUZAN, HANSEN, 2012, p.273).

Dessa forma, outras preocupações se firmaram na agenda. Havia o temor de que os conflitos e problemáticas tais como terrorismo e os estados párias (*rogue states*), pudessem representar um risco vindo da zona de conflito – no hemisfério sul – para a zona de paz – o mundo desenvolvido. (BUZAN, HANSEN, 2012, p.266) Além disso, outras questões que ganharam muita atenção foram a continuidade da proliferação de armas de destruição em massa; o aumento nos conflitos intraestatais; o aumento das migrações; o aumento do número de refugiados; a destruição do meio-ambiente; e a propagação do HIV/AIDS. (BUZAN, HANSEN, 2012, p.287).

É impossível afirmar que a escola dos Estudos Estratégicos entrou numa crise completa nesse período ou que deixou de ter influência sobre as produções na área (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.27). Entretanto, é prudente perceber que houve uma ruptura dentro dos Estudos de Segurança Internacional, seguida por uma grande adaptação da sua agenda a temas que já existiam, porém, até então, não tinham relevância na área – gerando no conceito de segurança, o que vai se chamar de *widening e deepening*⁷. Com essa modificação, ascendem à agenda, novos elementos e setores da segurança, novos conceitos de risco, novas fontes de ameaça e, por conseguinte, novas abordagens (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.30).

1.3 SEGURANÇA HUMANA: O INDIVÍDUO COMO FOCO

⁶ Muitos consideram que as “novas ameaças” não são novas, como também não são isentas: fazem parte da agenda de segurança estadunidense, no pós Guerra Fria (MATHIAS, SOARES, 2003).

⁷ Após o fim da Guerra Fria, o conceito de segurança passa por dois processos que vão ser chamados de *widening e deepening*. O primeiro movimento gera o alargamento da agenda, que passa a incluir novas ameaças – não só as militares – e outros setores da segurança no debate (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.29). A segunda dinâmica provoca um processo de aprofundamento, isto é, questiona-se “a visão do Estado como sujeito central da segurança para fazer do ser humano o ‘referente último’ de segurança, nas palavras de Ken Booth (1991: 319).” (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.30).

Dentro dessas novas abordagens, estão aquelas que falam da Segurança Humana. A primeira vez que a ideia foi tratada, de maneira efetiva, foi em 1994, num relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (KALDOR, BEEBE, 2010, p.6). Surge no âmbito da Organização das Nações Unidas, parte de um projeto denominado *United Nations Intellectual History Project*, que visava a aumentar a confiança dos Estados – entre si e nas instituições – melhorando assim as condições de segurança internacional (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.38). Ademais, esse conceito trazia, em si, críticas à forma como a segurança havia sido tratada até então. “O conceito de segurança por muito tempo foi interpretado de forma restritiva: a segurança do território às agressões externas, ou como a proteção dos interesses nacionais na política externa ou como a segurança global da ameaça de um holocausto nuclear.” (UNDP, 1994, p.22).

Assim sendo, especialmente durante a década de 1990, o conceito de Segurança Humana se desenvolveu profundamente atrelado ao de Desenvolvimento Humano, convergência através da qual alcançou grande êxito nos foros políticos de debate.

A Segurança Humana está geneticamente vinculada ao enfoque do desenvolvimento humano, surgido em 1990 como fruto de um largo processo de reformulação do desenvolvimento no qual foi determinante, por exemplo [...] a aparição do conceito de *necessidades humanas básicas* e mais tarde do de *capacidades humanas*. (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013. p.23)

O conceito desenvolvido no relatório do PNUD (1994) passava a englobar não apenas questões territoriais tradicionais e referentes ao Estado, mas colocava em foco, também, outras sete dimensões da segurança: econômica, alimentar, política, ambiental, comunitária, do indivíduo e da saúde (KALDOR, BEEBE, 2010, p.6). A partir de sua evolução, portanto, o conceito foi sendo trabalhado e desenvolvido. A definição formulada por Kaldor e Beebe (2010, p.5) apresenta a Segurança Humana em três aspectos: 1) diz respeito à segurança do dia-a-dia dos indivíduos e das comunidades onde vivem, sem levar em consideração a segurança estatal e das fronteiras; 2) se refere a diferentes tipos de segurança, e não apenas aquela que é relativa à proteção estatal contra inimigos externos. Assim, inclui também ameaças à integridade física dos indivíduos e àquelas ligadas as suas capacidades de suprir necessidades básicas relacionadas a questões socioeconômicas. Esses dois aspectos vão representar as duas vertentes do conceito e se resumem no que vai se chamar de *freedom from*

fear e *freedom from want*⁸; 3) reconhece que a segurança não se delimita a um território ou Estado, mas que precisa atravessar fronteiras já que assim como a economia e a tecnologia, também os conflitos, grupos terroristas e crimes, podem tornar-se questões transnacionais. Dessa forma, observamos que a Segurança Humana se propõe a questionar diversos aspectos: no meio político, as relações de poder existentes entre estados ou dentro deles e, no plano teórico, as abordagens tradicionais de segurança que privilegiam as questões militares estatocêntricas.

É válido ressaltar que o conceito aqui construído por Kaldor e Beebe tem como cenário, conflitos em curso⁹. Nesses casos, apesar da abordagem de segurança humana visar, acima de tudo, prevenir a violência, combatendo as condições que levam a sua geração, em casos de guerras que já eclodiram, ela “[...] se concentra em como conter a violência, mais do que como ‘vencê-la’” (KALDOR, BEEBE, 2010, p.7). Ainda assim, isso não significa que o uso da força deva ser descartado como ferramenta em certas situações. “A força tem um papel essencial nas operações de Segurança Humana: às vezes é preciso ser capaz de proteger as pessoas utilizando o que é conhecido como *hard power*.” (KALDOR, BEEBE, 2010, p.7). Porém, a novidade trazida por essa teoria é que a ação dos militares deve estar entrelaçada a dos policiais locais, profissionais de saúde e acima de tudo, dos próprios civis.

A partir disso, portanto, Kaldor e Beebe (2010, p.8) listam seis princípios de segurança humana que devem direcionar as atividades em zonas de guerra – convencionamos tratar o conflito colombiano, dentro do nosso recorte temporal que é de 1998 a 2002, como em situação de guerra, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo *Heidelberg Institute on International Conflict Research* no relatório *Conflict Barometer 2002* (vide Tabela 1 e Mapa 1). O primeiro é referente à *primazia dos Direitos Humanos*, assim, mesmo em meio ao conflito o objetivo maior deve ser sempre a proteção dos civis. Em segundo está a criação de uma *autoridade política legítima*, gerando também espaços seguros para que as pessoas possam se engajar politicamente. O terceiro ponto é a *abordagem de baixo para cima* (*bottom-up approach*) que traz a ideia de que as pessoas que vivem no local em conflito

⁸ Por “*freedom from fear*” (liberdade do medo) “significa estar livre das ameaças de violência física.” (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013. p.31). O “*freedom from want*” (liberdade do querer) significa “cobrir as necessidades básicas, mediante certo bem estar socioeconômico” (IBIDEM, 2013. p.31). Contemplando essas duas dimensões, a Segurança Humana se refere a “uma situação em que as pessoas estão livres de todas as ameaças à integridade humana, de forma tal que se possa garantir o desenvolvimento humano, a vida e a dignidade [...] livres da ameaça de violência física.” (IBIDEM, 2013. p.31).

⁹ Optamos por tal perspectiva pelo fato de que a dinâmica ora abordada – o caso colombiano – apresenta-se em estado de conflito vigente. Essa distinção é essencial devido à existência de certas correntes de pensamento, dentro da Segurança Humana que privilegiam a análise das inseguranças humanas no dia-a-dia, isto é, fora de situações de conflito.

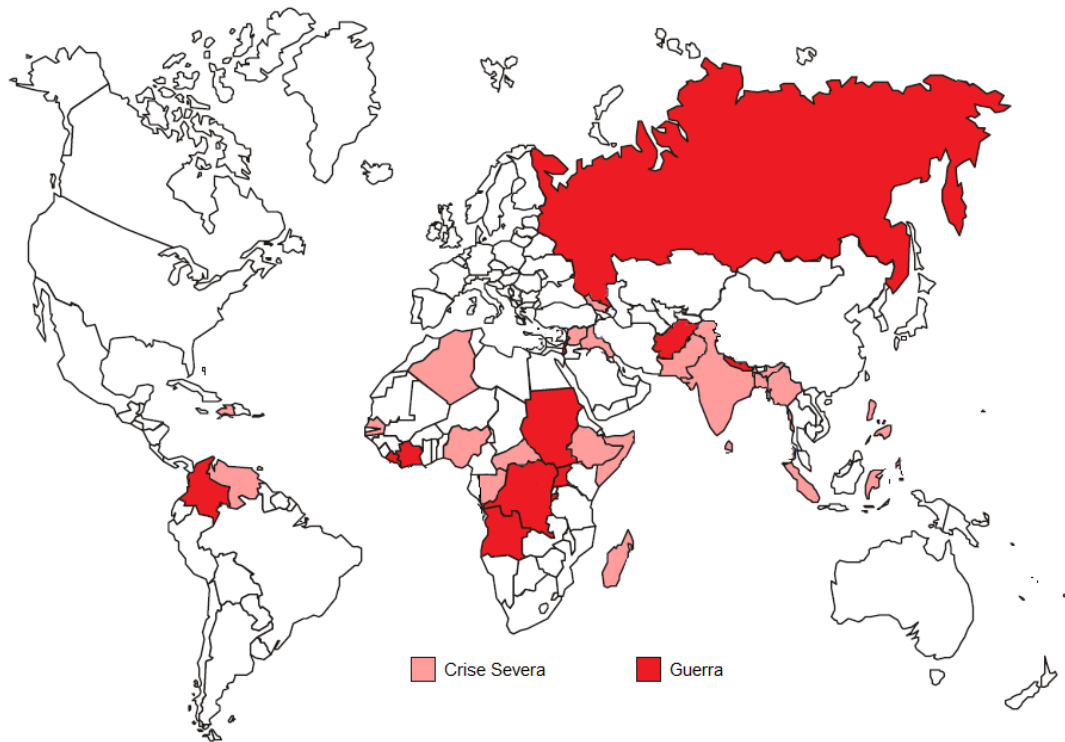
devem ser envolvidas nas estratégias para gerar segurança humana, já que em última análise são elas que devem resolver seus próprios problemas. “*Outsiders* podem ajudar, mas somente se eles entendem o que é necessário; caso contrário, correm o risco de piorar as coisas.” (KALDOR, BEEBE, 2010, p.8). O quarto princípio é a ideia de que deve existir um *multilateralismo efetivo*, isto é, as atuações internacionais devem partir de uma só organização, inspirando assim maior confiança local. Em quinto está o *foco regional* nas ações, já que a insegurança humana não possui fronteiras e pode tanto atingir países vizinhos, como advir deles. Por fim, o sexto ponto, diz respeito à implantação de um *comando civil claro*, pois no caso das operações de segurança humana o comando deve partir dos civis e os militares devem servir apenas de apoio para que a comunicação entre o meio político e as comunidades locais não encontrem entraves.

Tabela 1 – Intensidades de Conflito

Intensidades de Conflito como definido pelo Global Conflict Barometer				
Estado de violência	Grupo de Intensidade	Nível de Intensidade	Nome da Intensidade	Definição
não-violento	baixo	1	Conflito Latente	As diferenças de posição e os interesses conflitantes em um conflito latente devem ser articuladas como exigências ou reivindicações. A outra parte tem que estar ciente dessas demandas. Um conflito pode permanecer latente por longos períodos de tempo e obter relativamente pouca atenção do público.
violento	médio	2	Crise	A crise inclui as tensões que se expressam por meios que estão abaixo do limiar de violência. Tensas relações entre as partes podem chegar a um ponto de inflexão a partir do qual o uso da força pode tornar-se mais provável
	alto	3	Crise Severa	Uma crise severa é definida como um estado de grande tensão entre as partes, que tanto ameaçam recorrer ao uso da força ou realmente usam a força física ou militar esporadicamente.
		4	Guerra	A guerra é um tipo de conflito violento com as seguintes características: a) luta de pelo menos dois adversários com forças militares regulares organizadas; b) luta não esporádica, que dura por um período considerável de tempo; c) luta intensa, isto é, que leva à vítimas e destruição.

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Conflict Barometer - 11th Annual Conflict Analysis (2002, p.2).

Mapa 1 - Mapa Mundi: Conflitos Violentos 2002



Fonte: Conflict Barometer - 11th Annual Conflict Analysis (2002, p.4), adaptado pelo autor.

Por propor uma diferente abordagem das questões de segurança, esse o conceito vem gozando, desde os anos 1990, de maior prestígio nas discussões que versam sobre o desenvolvimento e os Direitos Humanos. Porém recebe as mais potentes críticas do outro campo ao qual pertence, o da Segurança (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013. p.34). Por um lado, os estudos mais tradicionais condenam a ferramenta por um alargamento desmedido e uma nebulosa definição sobre quais elementos, de fato, fazem parte dessa agenda de pesquisa, possuindo uma “formulação imprecisa, que contempla como questões de segurança múltiplos problemas que não o são, o que implica uma desnaturação dos estudos de Segurança e, sobretudo, o risco de minimizar as autênticas ameaças a ela.” (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013. p.24). Por outro lado, os estudos críticos de segurança apontam para algumas falhas fundamentais do conceito. Para esses, o conceito não atinge os objetivos aos quais se propõe, não desafiando, de fato o domínio do pensamento tradicional voltado para o Estado. Há uma visível ausência de potencial transformador e profundidade crítica. Dessa forma, a Segurança Humana torna-se frágil ou, ainda mais grave, vulnerável à manipulação por parte dos grupos mais fortes da dominação. Aliado à ideia de responsabilidade de proteger (R2P), há a instrumentalização da abordagem, por parte de Estados ocidentais (KERR, 2007, p.97).

1.3.1 A corrente em perspectiva

A fim de extinguir as lacunas apontadas anteriormente, a discussão acerca da definição de Segurança Humana é visivelmente essencial. Portanto, o conceito não só se distingue dos demais estudos de Segurança, mas também possui internamente, algumas subdivisões. A falta de consenso gerou tal diversidade, na qual alguns autores acabaram sobressaindo-se, obtendo lugar de destaque nos debates. Dentre este consistente universo conceitual, optamos, aqui, pela exposição das abordagens consideradas fundamentais para a compreensão instrumental da Segurança Humana (TADJBAKSH, CHENOY, 2007. p.40).

Desse modo, o debate que girou em torno das duas supracitadas liberdades apontadas, polariza a Segurança Humana entre os que defendem uma abordagem mais focada na violência física, e aqueles que insistem na necessidade de ir além do enfoque ligado à visão tradicional (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.31). Isto se dá devido à expansão conceitual da corrente, que deu lugar à divisão em dois enfoques que apresentam diferenças quanto à “(...) sua definição, os meios para alcançá-la, suas implicações políticas e, em suma, seu grau de crítica ao *status quo* e às relações de poder político e econômico.” (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.31).

A primeira de tais escolas, conhecida como o *enfoque amplo* da Segurança Humana, está profundamente associada ao relatório do PNUD, e foi a selecionada pelos governos de países como o Japão. Segundo a escola ampla, Segurança e Desenvolvimento humano se requerem mutuamente, constituindo uma situação na qual as pessoas as pessoas estão livres de todas as ameaças à integridade humana, de maneira que seja possível garantir não só o desenvolvimento, mas também a vida e a dignidade (KERR, 2007. p. 95).

Para que tal circunstância seja possível, defende-se que o pensamento de segurança deve, de fato, ir além da ameaça de violência física, como o apontado no relatório do PNUD. Para os defensores dessa linha de pensamento, a Segurança Humana trata não apenas do *freedom from fear*, mas vai além, abarcando também o *freedom from want* (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.31). Significa que as ameaças tradicionais, mais facilmente mensuráveis e observáveis não ficam de fora do planejamento e das políticas de segurança, no entanto, para esse enfoque, o bem estar socioeconômico das pessoas também deve fazer parte da agenda. Ademais, a aceitação de tal pensamento é fortemente pleiteada por diversos autores, mesmo

havendo diferentes percepções sobre a abrangência da segurança humana como proteção do centro vital¹⁰ da vida humana (KERR, 2007. p. 95).

Certamente, pelo seu maior escopo, a escola ampla tem sido o alvo de maior parte das críticas direcionadas à Segurança Humana. Muitos defendem que, por englobar uma enorme quantidade de temas, a abordagem torna a formulação de uma estrutura de pesquisa complexa em níveis desencorajadores, devido ao elevadíssimo número de hipóteses causais. (Ibidem, 2007. p. 95).

Assim sendo, uma forma de evitar esse aumento de variáveis causais seria tratar uma série de fatores relevantes como correlatas da violência, “[...] por exemplo, a violência está correlata com a pobreza.” (MACK, 2004 apud KERR, 2007, p.94). Tais tentativas de fortalecer o desenho analítico da abordagem tem sido o principal mote da chamada *abordagem estreita* da Segurança Humana. Os proponentes de tal escola, assim como críticos mais tradicionais, fortaleceram o coro dos que apontavam para a carência de poder de mensuração do conceito (TADJBAKSH, CHENOY, 2007. p.40).

Para estes teóricos, o pensamento da Segurança Humana seria mais preciso e ganharia em exatidão se pudesse se focar na ameaça da violência política contra os indivíduos – seja pelo Estado ou por quaisquer outros atores –, na proteção dos indivíduos em relação à guerra e de outras formas de violência. Também há dedicação na busca de formas de prevenção para tais ameaças. Dessa forma, a escola estreita se concentra em questões relativas ao *freedom from fear*, o que acarreta em abandono de questões relativas ao bem estar e ao desenvolvimento. (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013, p.31).

A perspectiva mais estreita tornou-se predominante no meio institucional, sendo adotada pelos governos de Canadá e Noruega, por exemplo, com o argumento de tornar o conceito mais prático e analítico. Tal abordagem foi “incorporada ao discurso e às políticas de desenvolvimento e humanitárias de diferentes agências das Nações Unidas, governos de potências médias e outras organizações.” (IBIDEM, 2013, p.32, tradução nossa). Segundo essa linha de pensamento, “(...) há valor em defender a ampliação da agenda de segurança para incluir a abordagem ampla, mas fazer isso teria custos analíticos.” (KERR, 2007, p.95, tradução nossa).

Apesar de contar com um consistente debate interno, a Segurança Humana representa um profundo avanço em pressupostos ontológicos do estudo da Segurança. Assim sendo,

¹⁰ Para autores como Alkiri, membro da Comissão da Segurança Humana ao lado do Nobel da Paz Amartya Sen desde 2003, o objetivo da Segurança Humana é proteger o que chama de *vital cores* da vida humana, para evoluir as liberdades e satisfações do indivíduo. (KERR, 2007. p. 95).

percebe-se que tanto o enfoque amplo quanto o estreito buscam enfatizar a importância de observar o indivíduo. E é nesse sentido que, em diversos contextos, é possível identificar os próprios Estados como representantes de perigo e causadores da violência para suas populações. Portanto, para a Segurança Humana, “o indivíduo deve ser pelo menos um dos pontos de referência para determinar a segurança para quem, a partir do que e por que meios.” (TADJBAKSH, CHENOY, 2007. p.43). Dessa forma, a corrente pode ser tratada como de importante contribuição para as abordagens mais críticas ou que buscam por maior abrangência na agenda em questão.

1.4 OS ESTUDOS DE PAZ

A abordagem da Segurança Humana – assim como as correntes críticas da Segurança – teve origem, também, “a partir da Pesquisa de Paz positiva¹¹”. (BUZAN, HANSEN, 2012, p.287). O conceito, para autores como John Cockell, está intrinsecamente relacionado às teorias desenvolvidas pela corrente dos Estudos de Paz e o campo da Resolução de Conflitos. Segundo ele, “a construção da paz (*peacebuilding*) é um processo contínuo de prevenção de ameaças internas à segurança humana advindos de conflitos violentos prolongados.” (COCKELL APUD. PARIS, 2001. p.93).

Sendo assim, os Estudos de Paz podem ser apontados como a ponte entre a Segurança Humana e o campo da Resolução de Conflitos, que floresce a partir da mesma fonte. Ademais, os Estudos de Paz se desenvolveram de forma diversificada e pouco uniformizada, reunindo em si postulados de diversas correntes de pensamento que se opunham ao pensamento tradicional. O campo em questão proporcionou debates que envolviam trabalhos de pacifistas tradicionais, membros da Escola do Controle de Armas, assim como estrategistas opositores à ameaça nuclear, que dialogavam na produção de uma vasta gama de “pesadas críticas às técnicas sobre a teoria e a estratégia de dissuasão, além do estreitamento da agenda de segurança internacional.” (BUZAN, HANSEN, 2012, p.171).

A Pesquisa de Paz teve maior força na Europa, onde ganhou proeminência especialmente após a criação do *Journal of Peace Research*, foro onde se destacou, em

¹¹ A *paz negativa*, segundo Johan Galtung, é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural – um conceito mais amplo de violência, além do físico, englobando injustiças sociais e desigualdades (GALTUNG, 1969) – se assemelhando ao conceito de segurança levando em consideração pelas abordagens mais tradicionais. Em oposição a este conceito, encontra-se a ideia da *paz positiva*, definida como a integração da sociedade humana, o que implica em ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. (IBIDEM, 1964.)

especial, o trabalho de Galtung, e a distinção entre a supracitada Paz Positiva e Paz Negativa¹², debate essencial para o estabelecimento das premissas da Resolução de Conflitos.

1.4.1 O campo da Resolução de Conflitos

A primeira vez que esse termo foi usado para definir um campo de estudos foi em 1957 no primeiro número da revista *Journal of Conflict Resolution* (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.9). Essa corrente que surgiu no período do entre guerras e se desenvolveu durante a Guerra Fria, teve a sua origem igualmente vinculada às agendas dos Estudos de Paz, concentrando suas preocupações, primordialmente, em preceitos opostos àqueles desenvolvidos pelos Estudos Estratégicos.

A disciplina é subdividida tradicionalmente em quatro gerações. A primeira dessas (1918 e 1945), segundo os autores, acompanha o surgimento do campo das Relações Internacionais como uma ciência de paz, que tinha como objetivo evitar a eclosão de conflitos da mesma magnitude da Primeira Guerra Mundial. Essas iniciativas eram compostas, em especial por cientistas naturais, médicos e outros pesquisadores, que buscavam identificar os sintomas e produzir uma cura para a guerra, em termos pouco metafóricos (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.34). Outros, ainda, perceberam que a questão da guerra possuía tamanha complexidade, que exigia uma abordagem multidisciplinar e que “o conhecimento acadêmico precisava saltar de motivações idealistas e humanistas. Essas ideias estariam desenhadas na fundação do futuro campo da Resolução de Conflitos.” (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.37).

A segunda geração (1945 – 1965), por sua vez, está associada à institucionalização do campo da Resolução de Conflitos. Acontecimento importantes como a criação do *Journal of Conflict Resolution* e o trabalho de autores como Johan Galtung e Kenneth Boulding, representaram a criação de um campo analítico e normativo (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.40).

A terceira geração (1965 – 1985) é observada como o momento da consolidação da área de pesquisa. Nesse espaço de tempo, buscou-se, a partir de uma vasta gama de

¹² Os Estudos de Paz, no entanto, não representaram consenso no que diz respeito ao debate entre paz positiva e a paz negativa. Autores como Keneth Boulding, por exemplo, apontavam como equívoco atrelar segurança ao desenvolvimento – isto é, pensar na Segurança como a obtenção da paz positiva – por considerar que as questões de Segurança possuíam “uma urgência que excedia a da ‘paz positiva’: armas nucleares tinham o potencial para incinerar todo o planeta, tornando-as, assim, a maior ameaça para a humanidade.” (BUZAN, HANSEN, 2012, p.206). Para estes, as questões reais de Segurança eram as comumente vinculadas à ideia de paz negativa, pois estas seriam muito mais emergenciais.

disciplinas e de uma base institucional razoável, formular uma compreensão teórica dos conflitos em três níveis: o interestatal, o doméstico, e a relação entre os dois (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.47).

A quarta geração, iniciada em 1985, para os autores, acompanha o fim da Guerra Fria, e o aparecimento de uma nova ordem mundial. As novas ameaças então enfrentadas apresentam novos desafios e exigem uma compreensão mais clara de que “intervenções mais suaves são mais adequadas quando a falta de comunicação e a falta de confiança são altas.” (IBIDEM, 2005, p.54). Enquanto missões com interesses materiais claros exigem uma abordagem mais efusiva. A quarta geração representa o momento contemporâneo, no qual os conflitos são muito mais complexos, abrangendo diversidade cultural, assimetria entre os atores e outras questões mais dificilmente tratáveis (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.54).

Por fim, alguns modelos foram criados e aplicados – principalmente por agências como a ONU – durante operações de paz, compartilhando muitas similaridades essenciais como a opção velada por ações de não violência, pacificação e prevenção de conflitos – além das políticas explícitas de resolução. Essas ferramentas serão apresentadas no tópico seguinte.

1.4.1.1 As Estratégias da Resolução de Conflitos

Partindo de pontos de vista de alguns dos mais importantes acadêmicos dos Estudos de Paz – especialmente Johan Galtung – e ao nos utilizarmos da linguagem empregada pela ONU sobre o tema, é possível compreender as principais questões da abordagem realizada pela Resolução de Conflitos. A partir disso visualizamos alguns pontos, ainda que embrionários, das terminologias mais comuns para as metodologias da resolução de conflitos como prática e disciplina (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.30).

Tais ferramentas são alvo de constante debate acadêmico e político, quanto ao melhor formato e aplicação. São, no entanto, amplamente difundidos no sistema internacional através da Doutrina Capstone¹³. Nesse relatório, anos de debate no que tange à Resolução de Conflitos são sintetizados em quatro estratégias principais *peace-enforcement*¹⁴ ;

¹³ Documento lançado pela ONU resumindo as etapas necessárias de aplicação e preparo para as Operações de Paz em Conflitos. Disponível em: http://pbpu.unlb.org/pbps/library/capstone_doctrine_eng.pdf

¹⁴ O *peace-enforcement* é caracterizado pelo uso da força e falta de consentimento de uma ou mais partes. Apresenta-se como um lado mais extremo do *peacekeeping* (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.30).

*peacemaking*¹⁵; *peacekeeping*¹⁶ e, por fim, os processos de construção da paz, ou *peacebuilding*¹⁷, merecendo atenção especial na pesquisa em questão (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.30). Tais estratégias fazem parte de “uma série de atividades realizadas pela Organização das Nações Unidas e outros atores internacionais para manter a paz e a segurança internacionais em todo o mundo.” (DPKO, 2008, p.17).

Apesar de não haver consenso sobre a divisão dos termos apresentados acima, esses, exprimem da melhor maneira as ferramentas e parâmetros que vamos utilizar durante o trabalho. Dessa forma, buscamos identificar os indicadores apontados durante a presente reflexão, nos processos desenvolvidos pelo governo colombiano, durante o recorte temporal escolhido. Tais indicadores e dimensões específicas constroem cada uma das supracitadas estratégias, em especial, uma aplicação peculiar do *peacebuilding*, como abordada por Miall, Ramsbotham e Woodhouse (2005, p.215).

1.4.1.2 *Peacebuilding from below*: os movimentos de baixo para cima

Os modelos iniciais do *peacebuilding*, como estratégia de ação surgiram em situações de apoio a grupos locais em diversos conflitos ocorridos nos anos 1990 (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.217). Confrontada com situações distintas dos modelos tradicionais de conflitos militares, a literatura a respeito desse conceito leva em consideração particularidades e a complexidade de cada caso na busca pela paz. No processo de *peacebuilding*, “a ênfase deve ser sobre a luta contra as fontes estruturais e culturais da insegurança.” (CONTEH-MORGAN, 2005, p.76).

Essa ideia ascendeu mediante fatores importantes referentes ao crescimento do debate sobre a ‘geração de paz’ no pós-conflito. Esses, dizem respeito à mudança no modo de enxergar as formas de resolução de conflitos, levando em consideração não apenas acordos de paz firmados pelas elites, mas, primordialmente, o empoderamento de comunidades destruídas pela guerra, reconstruindo a sociedade “de baixo para cima” – isto é, através de um

¹⁵ Para Oliver Ramsbotham e seus coautores, o processo de *peacemaking* consiste no sentido de se avançar para a terminação de um conflito armado, em que as partes em conflito são induzidas a chegar a um acordo de forma voluntária (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.30).

¹⁶ O modelo de *peacekeeping* caracteriza-se por processos que se limitam a manter o cessar-fogo e estabilizar os ânimos entre os dois atores envolvidos, como também empreender esforços de caráter político para chegar, pelas vias pacíficas, à solução do conflito (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.30).

¹⁷ O processo de *peacebuilding* é denominado, pelo manual das Nações Unidas, como aquele no qual são empreendidas medidas pós-conflito a fim de evitar que as hostilidades e o conflito em si recomecem (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.30).

processo chamado de *peacebuilding from below* (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.217).

Tal abordagem levou a maior compreensão acerca de três pontos: 1) primeiro que localidades mergulhadas em uma cultura de violência oferecem uma barreira muito forte aos meios tradicionais de resolução de conflito e construção da paz; 2) depois, que os acordos de paz pós-conflitos devem estar baseados na construção de estruturas que possam erodir a cultura de violência e sustentar o processo de paz em longo prazo; 3) em terceiro, que os atores locais e não governamentais exercem um papel fundamental no processo, estabelecendo a ligação do conhecimento popular do problema com a solução formal (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.215-216). Desse modo, podemos considerar que “uma vez que a resolução de conflitos por entidades e indivíduos de fora, até agora, se mostrou ineficaz, [...] é essencial considerar o potencial de pacificação dentro das próprias comunidades conflitantes.” (CURLE, 1994, p.96, APUD MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.218).

Na abordagem tradicional de segurança, a população local é vista como problema e a solução é algo vindo de fora. No entanto, no *peacebuilding from below*, as soluções derivam e são construídas com os recursos locais.

Uma abordagem de construção da paz a partir da base é fundamentada no argumento de que, uma vez que a guerra envolve a maioria das massas (pessoas comuns) ou soldados rasos, seja como participantes ativos ou vítimas, faz sentido envolver este grande segmento da sociedade no processo de *peacebuilding* e fomentação da segurança humana. Uma abordagem comum de *peacebuilding* se traduz na construção da paz a partir de baixo (CONTEH-MORGAN, 2005, p.79, tradução nossa).

Por conseguinte, ainda segundo Miall, Ramsbotham e Woodhouse (2005, p.216), o processo de *peacebuilding from below* não pode ser visto isoladamente do processo maior de resolução do conflito, confrontando o impacto do nível global nas comunidades locais. Nesse processo, dois desafios se apresentam: primeiro, controlar a violência e, segundo, ligar o controle da violência à reconstrução das relações no nível da comunidade (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.218). Dessa forma, entende-se que o problema prático dos construtores da paz encontra-se na tentativa de produzir uma sociedade tolerante, mesmo estando cercada pelos furiosos sentimentos intrínsecos a uma guerra e propícios à evolução de uma cultura de violência.

Assim sendo, a participação essencial dos atores locais não nega a necessidade de um papel dos atores externos – como o da ONU, por exemplo – mas os obriga a repensar suas

funções e integrá-las a nível local (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.218). Dessa forma, tal enfoque remete diretamente ao terceiro princípio – *a bottom-up approach* – apontado por Kaldor e Beebe (2010, p.8) e citado anteriormente neste trabalho, como direcionamento das atividades em zona de guerra, na busca pela geração de Segurança Humana. Assim, tanto essa abordagem quanto o *peacebuilding from below*, trazem uma mudança de pensamento que alteram a lógica utilizada na resolução de conflitos, mudando de um enfoque na ação estrangeira neutra para a ênfase na parceria com os atores locais (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.220).

Por fim, segundo Miall, Ramsbotham e Woodhouse (2005, p.219), dentro da resolução de conflitos, o *peacebuilding from below* “conecta-se à ideia de libertar as comunidades da opressão, da miséria e da violência, num projeto cujo principal objetivo é a criação de culturas de paz (nos termos de Galtung, paz positiva)”. Portanto, nesse modelo, os futuros são negociados, cultivados e legitimados, sem imposições, mas de forma integrativa.

1.5 MOVIMENTOS DE PAZ: HETEROGENEIDADE DO CONCEITO

A partir dessa abordagem integrativa de construção de paz, os Movimentos Sociais no geral e, especialmente, os de Paz são parte essencial durante Processos de Construção da Paz. Por esse motivo, tais movimentos possuíam ao longo da história, grande importância em conflitos de diversos países, incluindo a Colômbia (DURÁN, 2006, p.48). “Certamente não há outro movimento no passado recente que tenha tido tanta influência no sistema político como o movimento pela paz” (KLANDERMANS, 1991, p.32, apud DURÁN, 2006, p. 49). Dessa forma, esses movimentos ocupam um lugar fundamental no presente trabalho, uma vez que focamos na ligação direta entre a atuação dos indivíduos e geração de Segurança – trazendo, portanto, a ideia de protagonismo da sociedade civil na geração de paz alcançando, por último, o Estado, num movimento de *peacebuilding from below*.

Apesar de muito utilizado, o conceito de Movimentos de Paz esbarra em complexos obstáculos conceituais, eximindo-se de uma homogeneidade em sua definição. Para alguns autores como Durán (2006, p.48), a delimitação conceitual é dificultada por dois motivos, o primeiro é a falta de análise sistemática acerca desses movimentos e o segundo, que nasce a partir dessa falha analítica, é a ausência de um paradigma que guie as produções acadêmicas no campo.

O que nós consideramos como um “movimento” é, na verdade, um agregado de organizações altamente descentralizadas – com diferentes tamanhos, visões de mundo e objetivos claramente diversos – que usualmente desenvolveram programas ideológicos e estratégicos independentemente umas das outras. (GIDRON, KATZ, HASENFELD, 2002, p.96, tradução nossa).

Dessa forma, a escassa preocupação teórica e empírica quanto ao tema, criaram um vácuo conceitual. A partir disso, originam-se uma série de lacunas que passaram a ser preenchidas com definições que não dialogam entre si, gerando uma heterogeneidade no conceito. Assim, apesar de muitos trabalhos tratarem do tema, essa ferramenta teórica não se fortaleceu como algo que deve ser diferenciado de outras definições importantes, como as de Movimentos Sociais ou mesmo Sociedade Civil (DURÁN, 2006, p.48).

Desse modo, “hoje em dia há um amplo consenso sobre a necessidade de sintetizar os diferentes aspectos em uma perspectiva comum” (MCADAM, MCCARTHY, ZALD, 1996, apud DURÁN, 2006, p.50). A partir disso, portanto, buscar diminuir a névoa teórica que encobre tais definições, estabelecer alguns parâmetros e adotar os conceitos a serem utilizados na pesquisa em curso faz-se fundamental e é o objetivo das linhas a seguir.

1.5.1 Uma definição operacional dos Movimentos de Paz

Para elaborar uma definição operativa de Movimento de Paz, é necessário perceber a importância de sintetizar os diversos conceitos acerca desse tema, partindo da ideia trazida por teóricos que colocam em relevo as principais características que esses movimentos devem possuir, para serem eficazes:

Os movimentos pela paz mais exitosos mobilizaram a população influenciando na política quando três fatores principais convergiram: quando o contexto político amplo favoreceu a mobilização, quando o movimento desenvolveu uma ideologia capaz de transformar a consciência popular e atrair uma ampla coalizão de ativistas e quando o movimento goza de autonomia organizativa frente aos partidos políticos e outras instituições sociais (COOPER, 1996, p.23, apud DURÁN, 2006, p. 52, tradução nossa).

Ademais, algumas definições como a de Benford e Taylor (1999, p. 771) formulam a base para criação de um conceito universal, afirmando que “um movimento pela paz é uma tentativa sustentada e organizada por grupos de pessoas que buscam evitar que uma guerra se inicie, terminar uma guerra em curso, construir uma sociedade pacífica e justa, e/ou construir uma ordem mundial pacífica.”.

A partir dessa definição, portanto, é imprescindível colocar em relevo algumas características que devem ser levadas em consideração, segundo García-Durán (2006, p.88-

89) ao se analisar os contextos do conflito armado, buscando identificar a existência de movimentos de paz. Em primeiro lugar, esses, devem se caracterizar por serem *movimentos contra a guerra*, isto é, que procurem combater conflitos em curso – ou latentes – e seus efeitos sobre a população. O segundo ponto, define que, para serem reconhecidos como tal, os movimentos devem possuir uma *mobilização massiva*, não se limitando às organizações em favor da paz. Derivado do anterior, o terceiro leva em consideração a necessidade de que os membros dos movimentos pela paz formem uma *sólida rede* entre si, incluindo diversos atores e suas várias frentes de atuação. O quarto aspecto fundamental é o *amplo repertório de ações*, gerando desde as mais simples àquelas ligadas à resistência civil, sendo capaz de “manter por vários anos a atenção em um tema específico, fazendo deste um tópico de discussão pública e interesse político” (DURÁN, 2006, p.88). O quinto item, refere-se ao *contexto político* no qual nasce o movimento pela paz, sendo ele mais propício ou não à emergência de tais grupos, além disso, “em situações de conflito armado, a violência opera como um fator determinante na mobilização pela paz” (DURÁN, 2006, p.89). Em sexto lugar, um movimento pela paz nasce enraizado em um *contexto cultural* específico, que vai ser responsável por definir seus objetivos, valores e acima de tudo, suas concepções do que significa a paz. Por fim, para que um movimento de paz possa se constituir como tal, a sétima característica que deve ser observada é a *efetividade nas suas ações*, que podem ser medidas observando quantas propostas se transformaram em políticas públicas, de fato e, além disso, analisando as “mudanças nos valores sociais e na cultura política através da educação e participação promovidas com diferentes setores sociais” (DURÁN, 2006, p.90).

Dessa forma, podemos sintetizar a definição de movimentos de paz, que nós utilizaremos nesse trabalho, nos termos aplicados por Garcia-Durán:

em um contexto de conflito armado, um movimento pela paz é uma mobilização social massiva, baseada em organizações e redes com um variado repertório de ações coletivas, que articula um consenso que favorece a mobilização a integrar tanto a rejeição à guerra como a demanda por soluções pacíficas, de uma forma que desafia as partes enfrentadas, tanto ao governo como aos grupos armados ilegais. O surgimento, a evolução e os resultados dessa mobilização dependem de como o movimento assume as oportunidades e ameaças no contexto político, constitui alianças e promove seus objetivos específicos (DURÁN, 2006, p.90, tradução nossa).

No caso ora abordado, nos debruçamos sobre um conflito vigente, distante da circunstância não menos complexa, embora mais constante, de busca pela construção de uma sociedade pacífica. Assim, essa definição reflete a concentração de diversos conceitos

construídos ao longo do tempo, que servirão de alicerce para uma formulação coerente e apropriada ao caso colombiano – problemática que será esmiuçada na seção seguinte.

2 O CONFLITO COLOMBIANO: HISTÓRICO E DESDOBRAMENTOS

2.1 ORIGENS E HISTÓRICO RECENTE DO CONFLITO

Até o século XV, a Colômbia foi lar de nativos, que, assim como outros países latino-americanos, sofreram com o impacto da chegada dos colonizadores espanhóis. O país – antes incluso no chamado Vice-Reino de Nova Granada, juntamente com países como Panamá e Equador – passou por três séculos de exploração colonial, o que levou ao desenvolvimento dos movimentos de independência que começaram no início do século XIX e que só tiveram fim, no ano de 1819 após muito derramamento de sangue¹⁸.

Assim, até o fim do século XIX e início do XX, “grande parte do território colombiano era constituído por terras livres ou públicas (*baldías*) com exceção de alguns setores dos Andes [...]” (PÉCAUT, 2010, p.19). Nessas terras restantes encontravam-se terras cultiváveis que eram divididas, já de forma não igualitária, entre os pequenos camponeses – que plantavam para a sua subsistência – e os grandes fazendeiros do país. Entretanto, foram efetuadas políticas de desocupação de terras e a entrega dessas áreas aos grandes senhores, que não se preocupavam com a sua produtividade, utilizando-as apenas para a pecuária extensiva – “os beneficiários dessas apropriações não hesitavam em desalojar frequentemente os pequenos camponeses ali instalados que, no entanto, não contavam com títulos de propriedade ou eram incapazes de fazê-los lavrar.” (PÉCAUT, 2010, p.20).

Desse modo, esses grupos camponeses foram sendo impelidos para os centros urbanos ou para áreas marginalizadas do território. Porém, “nestas áreas periféricas, a presença das estruturas estatais era irregular ou era parte de um amálgama de poder exercido em articulação com as elites locais.” (ALVES, 2005, p.16). Assim sendo, esses poderes locais se estabeleceram e passaram a tomar o espaço que originalmente deveria pertencer ao governo, descaracterizando sua figura perante a população – isso se perpetuou em toda a história da Colômbia, criando um afastamento entre Estado e sociedade.

É possível afirmar que a conjugação das características do processo de colonização com a dependência do povo em relação aos poderosos locais proporcionou um ambiente favorável às guerras, porquanto a integração de todo o território colombiano se apresentou como um empreendimento desafiador e altamente propenso a suscitar conflitos. (ALVES, 2005, p.16).

¹⁸ Desde sua gênese, o Estado colombiano conta com a violência para alcançar seus objetivos de criação. Assim, só nesse período “[...] houve ainda oito guerras civis nacionais, quatorze guerras civis locais, várias pequenas revoltas, duas guerras com o Equador e três golpes de Estado” (SIMONS. 2004. P 39).

Com efeito, se constata que toda a história colombiana, desde a separação entre colônia e metrópole, foi marcada com profundos traços de violência, algumas vezes, inerente ao imaginário social e fortemente ligado as questões da vida política – em muitos momentos, o povo colombiano não conseguiu separar as motivações e ações políticas da violência como meio para se alcançar objetivos sociais.

Os dois partidos, Conservador e Liberal – criados em 1948 e 1949, respectivamente – sempre dominantes no cenário político colombiano, estão profundamente ligados à cristalização da visão acerca da necessidade do uso da força para se alcançar finalidades no âmbito político. Portanto, desde a formação da república e, por conseguinte, do surgimento dos partidos, houve uma polarização da sociedade colombiana, então radicalmente dividida entre um pensamento em “defesa de uma produção agrária de base feudal e do protecionismo econômico e na ênfase na natureza divina da fonte do conhecimento e do poder [...]” (ALVES, 2005, p.17) e, por outro lado, uma visão “favorável ao livre comércio, ao desenvolvimento do capital mercantil, ao federalismo e à laicização do Estado [...]” (IBIDEM, p.18). A rivalidade entre eles – além das disputas por terras, sempre presentes na história da Colômbia – desencadearam diversas guerras civis, dando origem à instabilidade e fragmentação, presentes na região.

2.1.1 *La Violencia* e outros meta-eventos¹⁹

Pouco mais de 50 anos após a criação dos partidos – período no qual, os dois lados, por meio de acordos, se revezaram no poder – eclodiram diversas guerras, que seriam as maiores vivenciadas pelo país. Um desses conflitos ficaria conhecido como a *Guerra de los Mil Días* (1899-1902) e seria responsável pela morte de, aproximadamente, cem mil pessoas²⁰ – a mais sangrenta do século XIX (ALVES, 2005, p.18). Esse enfrentamento ocorreu inicialmente entre representantes dos dois partidos antagônicos, numa tentativa Liberal de retirar os Conservadores do poder, porém as proporções foram aumentando e assim envolvendo outros setores da sociedade, como a formação de exércitos guerrilheiros de um

¹⁹ Segundo Buzan e Hansen, são denominados meta-eventos na área da Segurança Internacional, aqueles que produzem uma mudança crítica significativa no processo histórico, isto é, “um evento constitutivo que coloca alguns pressupostos analíticos centrais em questão” (BUZAN, HANSEN, 2009, p.218).

²⁰ Apesar do consenso quanto à brutalidade da Guerra dos Mil Dias, há controvérsias quanto ao número de mortos. Para muitos historiadores, 100 mil mortos, número aqui apresentado, seria um dado exagerado, no entanto, este é o marcador mais utilizado em documentos oficiais quanto ao conflito.

lado – sendo esses compostos por cidadãos que faziam parte de setores menos favorecidos da sociedade – e as Forças Armadas de outro.

Por conseguinte, entre outros diversos acontecimentos, no ano de 1948, um dos grandes líderes do partido liberal, Jorge Eliécer Gaitán, foi assassinado. Segundo Alessandro Visacro (2009) este é o primeiro marco na memória coletiva colombiana, pois Gaitán estava bastante associado às questões da terra, além de ter favorecido a entrada de líderes camponeses e comunistas no cenário político nacional. Seu discurso afirmava estar além dos conflitos políticos presentes até então no país, colocando-se acima das disputas oligárquicas, e, por isso, ele conseguia mobilizar uma grande parcela da sociedade. A morte de Gaitán desencadeou uma série de motins e agitações urbanas que duraram vários dias na cidade de Bogotá e sofreram forte repressão por parte dos Conservadores (ALVES, 2005, p.20). Essa ocasião reconhecida como um dos períodos mais violentos da história colombiana ficou conhecido como *Bogotazo*.

Os conflitos se agravaram entre os dois partidos líderes do cenário político nacional, a partir desse episódio. Desde então, o nível de violência na Colômbia segundo Alves (ROCHLIN, 2003, p.95 apud ALVES, 2005, p.20): “não apresentou mais os níveis comuns a outros Estados latino-americanos”. A elite conservadora adquiriu uma incerteza de seus atos, por medo da reação das massas, algo que gerou revolta nos líderes liberais, certos de que a morte de Gaitán havia sido planejada e executada pelos membros da oligarquia local. “Grupos liberais e comunistas organizaram milícias camponesas de autodefesa, contra as quais os conservadores lançaram mão de unidades especiais anti-guerrilheiras e assassinos mercenários.” (ALVES, 2005, p.20). Houve, portanto, um acirramento da rivalidade entre Liberais e Conservadores, chegando ao extremo que ficou conhecido como *La Violencia*, episódio no qual tais divergências políticas atingiram o nível de uma guerra civil. No intervalo de 1946 a 1962, a crise civil proporcionou traumas à sociedade colombiana, na forma de homicídios, assaltos, perseguições, entre outros crimes que deixaram milhares de mortos²¹ e marcaram fortemente a história do país (ALVES, 2005, p.20).

Nesse período, aconteceu um Golpe de Estado²², realizado pelos militares e apoiado pela elite colombiana, que elegeu o general Gustavo Rojas Pinilla para o cargo da presidência. Entretanto, o fim do seu governo foi antecipado, já que movimentos de resistência civil reivindicavam a realização de um referendo acerca dos arranjos partidários no governo.

²¹ “Estima-se que aproximadamente 200.000 colombianos tenham perecido durante a Violência [...]” (ALVES, 2005, p.20).

²² Mais informações sobre como se deu o Golpe que removeu o presidente Laureano Gomez do poder em: <http://web.presidencia.gov.co/asiescolombia/presidentes/55.htm>

Assim, o resultado apenas endossava a ideia de divisão do poder entre os dois principais partidos políticos do país, dando origem à chamada Frente Nacional (1958-1974): “Esta foi concebida como um regime político peculiar ou uma expressão político-normativa do acordo de paz entre os dois partidos – segundo o qual os partidos Liberal e Conservador ocupariam todos os espaços da vida política e dividiriam entre si a administração das instituições estatais.” (ALVES, 2005, p.22). Entre os acordos firmados, estava a rotatividade da presidência, ou seja, a alternância entre políticos liberais e conservadores no cargo maior do Estado. Além disso, do mais alto ao mais baixo, todos os cargos políticos passaram a ser divididos igualmente entre eles. Por muitos anos, esse sistema se sustentou, gerando certa estabilidade a nível institucional, porém não houve nenhuma modificação nas ações estatais relativas aos problemas sociais e exclusão política, que seguiam se agravando (ALVES, 2005, p.22).

Dessa forma, em 1964, um dos focos de guerrilha – na região de Marquetalia – surgida na época de *La Violencia*, ainda sobrevivia. A fim de minimizar tal resistência e evitar que influências comunistas se espalhassem para outras áreas do território, o governo apresentou-as como uma república de pretensões independentistas e ordenou que o exército atacasse incisivamente – por meio de bombardeios – a região (PÉCAUT, 2010, p.27). Antes que todo o foco de resistência fosse dizimado, a maior parte dos combatentes e suas famílias conseguiram se retirar do local. Assim, “a vitória do Exército sobre as repúblicas independentes, para as futuras FARC, constituiu o início de uma nova guerra”. (PÉCAUT, 2010, p.28).

2.1.2 Os grupos de extrema esquerda

O episódio em Marquetalia, como se constataria posteriormente, representou, para as FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*), uma declaração explícita de reinício do conflito. O surgimento dessa organização principalmente, mas também de outras, como o ELN (*Ejército de Liberación Nacional*), o EPL (*Ejército Popular de Liberación*) e o M-19 (*Movimiento 19 de abril*), que queriam reformar o sistema político vigente, foi fomentado, assim, por ideias remanescentes à época do *La Violencia*.

Com uma forte influência da ideologia comunista, as FARC – mais influente grupo guerrilheiro – propunha uma combinação da luta política com a armada, e, segundo Visacro (2009, p.298), “[...] era uma espécie de ‘guarda civil rural’, destinada a proteger a população

campesina dos desmandos dos grandes estancieiros e das represálias do Exército”. Desse modo, enquanto a maioria dos movimentos insurgentes da América Latina e da própria Colômbia nascia nas grandes cidades, as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* tinham raízes extremamente ligadas às causas do campo: “evocando um discurso centrado na defesa do campesinato, contra a dominação das oligarquias rurais, a influência norte-americana e a voracidade insaciável das multinacionais.” (VISACRO, 2009, p.298) – sendo também o seu líder, Manuel Marulanda Vélez (Tirolfijo), de origem rural. Assim sendo, os demais grupos dominantes no cenário do conflito colombiano, como o ELN (1965), o EPL (1966) e o M-19 (1972), nasceram em meio propriamente urbano, ligado às esferas universitária, estudantil ou intelectual do país.

Durante o governo de Belisário Betancur, na década de 1980, alguns pactos foram firmados. Um deles, o acordo de La Uribe, constituiu a União Patriótica (UP), permitindo a participação de guerrilheiros no cenário político do país. Entretanto, no início dos anos 1990, alguns grupos passaram por processos de declínio na luta armada e de desintegração, como é o caso do EPL e do M-19. De igual modo, apesar de ter tido grande importância no fim dos anos 1980 e início dos 1990, o ELN sofreu forte declínio, sem, porém, cancelar suas atividades. Por fim, no mesmo período, ao contrário dos demais, as FARC se fortaleciam e conseguiam dominar maiores parcelas do território. Assim:

Nas áreas sob o seu domínio, a organização edificou hierarquias paralelas – verdadeiras administrações autônomas, responsáveis pela gestão municipal, segurança da população, cobrança de impostos, aplicação da “lei”, concessão de crédito, redistribuição de terras, saúde pública, construção e funcionamento de escolas etc. (VISACRO, 2009, p.299).

Diante desse cenário, tornava-se cada vez mais difícil a interação entre Estado e sociedade, aumentando as possibilidades de ação das FARC dentro do território colombiano e no âmbito internacional, por meio de atividades ilícitas como o tráfico de drogas: “a questão do narcotráfico, de fato, não apenas expôs a fraqueza das instituições estatais, mas foi capaz de alimentar significativamente a escalada da violência, ao prover de recursos os grupos armados que atuavam à margem da lei.” (ALVES, 2005, p.28). Assim sendo, a guerrilha que antes tinha objetivos fortemente políticos, a partir desse momento passou a desviar suas forças para operações ilegais – de onde adivinha seu o financiamento –, instaurando no país uma “profunda crise humanitária, à medida que as Leis Humanitárias Internacionais passaram a ser sistematicamente violadas.” (ALVES, 2005, p.28).

2.1.3 Os grupos de extrema direita

No outro extremo do conflito, encontram-se os grupos de direita, sempre apoiados pela poderosa elite nacional – conservadora das resistentes estruturas locais de poder – e, por vezes, diretamente pelo próprio governo, que se utilizava de mercenários – exércitos privados – para auxílio na luta contra os grupos guerrilheiros (ALVES, 2005, p.20).

Os grupos paramilitares surgiram de fato com a promulgação da lei nº48²³ por parte do governo colombiano, em 1968, que legitimava assim a sua atuação em regiões de crise. Em termos práticos, tal mudança na lei apenas validava aquilo que já era comum e cultural no país. Assim, inicialmente, tais grupos foram criados com o objetivo de defender as grandes propriedades rurais do desenvolvimento guerrilheiro nestas zonas.

Ademais, segundo Castro (2009, p.26) existia uma forte relação entre o desenvolvimento do narcotráfico e o surgimento dos grupos de extrema direita:

O aumento do narcotráfico e o fortalecimento do poder da guerrilha criaram as condições para o desenvolvimento, em larga escala, de um fenômeno antigo na Colômbia: o paramilitarismo, as milícias armadas à margem do Estado, mas com relações com seus agentes, especialmente do poder local. (CASTRO, 2009, p.26).

Desse modo, tais grupos eram contratados, por inúmeras vezes, para executar a proteção dos campos de coca dos proprietários rurais, em pleno desenvolvimento. No entanto, a maior parte das agressões efetuadas pelos *paras* direcionavam-se contra “[...] populações civis rurais. Com bem menos frequência, entravam em choque com as guerrilhas. Cobravam por sua proteção e geravam deslocamentos forçados de milhares de camponeses no interior da Colômbia” (CASTRO, 2009, p.27).

Um dos principais grupos surgidos nesta época, segundo o autor Alessandro Visacro (2009, p.300) é o *Muerte a Secuestradores* (MAS), financiado pelo famoso Cartel de Cali, a partir do qual os grupos se multiplicaram. A *Autodefensa Campesina de Córdoba y Urabá* (ACCU) foi criada por jovens cujo pai havia sido morto pelas FARC.²⁴ A ACCU foi o embrião daquele que seria o maior grupo paramilitar do país, bandeira sob a qual se uniriam diversos dos grupos paralelos colombianos, as *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC). O

²³ A Lei nº48 era um dispositivo legal que permitia ao Exército organizar e prover grupos civis de autodefesa, com o propósito explícito de combater a “delinquência armada” e as forças guerrilheiras que atuavam nas zonas rurais. A lei foi revogada em 1989, pelo Decreto nº1194. Mais sobre o decreto em *Corte Constitucional de Colombia*, disponível em <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2002/C-234-02.htm>.

²⁴ Os irmãos Fidel e Carlos Castaño tiveram o pai raptado, torturado e morto pelas Farc. Para mais informações sobre a ACCU, recomenda-se a leitura do texto *Marco Teórico y Aspectos Generales Relativos al Fenómeno de Desplazamiento Interno Forzoso* de Angélica Lucía Aguilar Gutiérrez (2007).

grupo era definido como uma confederação de grupos armados que lutavam contra as guerrilhas de esquerda. Apesar de apresentar-se como um grupo contraguerrilheiro, a AUC foi elencada como uma das principais organizações terroristas do mundo, especialmente pelos EUA e pela União Europeia (VISACRO, 2009, p.300). Sendo assim, esses grupos paramilitares foram os responsáveis por inúmeras violações dos direitos humanos, crimes e massacres contra a população civil – especialmente nas zonas rurais e áreas mais afastadas do território.

2.2 HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: MARCOS DE UM ANSEIO DE PAZ

Com a evolução do conflito e o aumento de sua complexidade, portanto, outros atores passaram a intervir diretamente nesse cenário (DURÁN, 2006, p.116). Oscilando entre períodos marcados pelo acirramento de combate militar ao conflito e a promoção de processos de paz – de acordo com as mudanças na presidência –, a sociedade colombiana surge como um quarto polo – sendo os outros: o Estado, os grupos guerrilheiros e os paramilitares – numa tentativa de pacificação da guerrilha a partir de um movimento de baixo para cima (*peacebuilding from below*). Desse modo, pode-se dizer que a partir do ano de 1978 são lançadas centelhas daquilo que viria a se tornar uma massiva mobilização pela paz dentro de tendências e estratégias específicas²⁵ – definidas pelo pesquisador Mauricio García-Durán – do movimento colombiano pela paz: “uma mobilização social num nível significativo, de caráter massivo, com um repertório consciente de ações, com cobertura nacional e pouco conflitiva no seu estilo de ação.” (DURÁN, 2006, p.116).

No início dos anos 1970, esse tipo de movimento social era praticamente inexistente, entretanto, a partir dos anos 1980, ganha um forte impulso para, nos anos 1990, tornar-se extremamente importante dentro do conflito e tendo forte poder decisório no período das eleições de 1998. Mesmo após certo declínio no início dos anos 2000, permaneceu sendo significativo se comparado a outros períodos da história do país ou mesmo em relação às mobilizações existentes em outros Estados da América Latina e de outros continentes. (DURÁN, 2006, p.118).

Alguns autores, como é o caso de Winifred Tate, defendem que:

²⁵ “[...] Estas estratégias seriam: ‘educando’, ‘fazendo política’, ‘protestando’, e ‘organizando-se’. No caso colombiano deve ser acrescentada uma a mais: ‘resistindo’, dada a importância das distintas formas de resistência civil da população frente a violência dos atores armados.” (DURÁN, 2006, p.120)

Embora a Colômbia afirme ser a democracia mais antiga da América Latina, a maioria dos colombianos não participam da vida política, por opção ou pela força. [...] Cientistas políticos caracterizaram o sistema colombiano como ‘elite pluralista’ (Bailey), ‘democracia excludente’ (Pécaut), ‘democradura’ (Leal), e como um arranjo ‘consocional democrático limitado’ (TATE, 2002, p.43, tradução nossa).

Contudo, o que se pode constatar é que a “Colômbia é provavelmente o país em conflito armado com maior mobilização social pela paz. Apesar da complexidade do conflito armado o país está repleto de esforços e iniciativas civis pela paz.” (MORO, 2006, p.21).

Tais mobilizações, além de numerosas e significativas atingiram também uma grande quantidade de pessoas, que passaram a atuar em diversas frentes contra a guerra. Especificamente no período de 1997 até o ano 2000, “[...] mobilizou-se, cumulativamente, pelo menos 43,6 milhões de pessoas [...]” (DURÁN, 2006, p.119). Entretanto, é necessário sublinhar que esse número se distribui entre os vários atos executados, desde a resistência civil com ações como a que reuniu mais de 18 milhões de pessoas na realização de um apagão coletivo por dois minutos, convocado pelo grupo *No Más*²⁶, até a própria participação eleitoral²⁷ por meio de mandatos que requeriam o direito à vida e nas inúmeras marchas, a exemplo da Grande Marcha Nacional, em 1999, que reuniu 12 milhões de pessoas em 182 municípios, simultaneamente.

Com maior alcance e participação, as mobilizações sociais pela paz foram ganhando maior repertório de ações²⁸. “Se registram quinze forma distintas de ações coletivas pela paz, algumas muito mais claras e consolidadas, outras somente insinuadas na complexidade da mobilização e dos processos de resistência aos efeitos negativos do conflito.” (DURÁN, 2006, p.120).

Essas formas de atuação, de acordo com Mauricio García-Durán, podem ser divididas em cinco tipos de estratégias gerais que permitem classificar todos os tipos e enquadrá-las na mais adequada: 1) se refere à criação de meios educativos com o objetivo de conscientização da população, seja por meio de encontros, seminários, atos culturais ou desportivos, sendo responsável por “[...] 51% de todas as expressões coletivas pela paz entre 1978 e 2003.” (DURÁN, 2006, p.121); 2) o segundo método, propõe a criação de organizações que trabalhem e promovam a paz, correspondendo, entretanto, a uma porcentagem mínima de

²⁶ A organização *No Más* surgiu a partir das massivas marchas realizadas no ano de 1999 e tem como um de seus fundadores o jornalista e político colombiano, Francisco Santos Calderón.

²⁷ “Especificamente, em um tipo de consulta pública que permitiu a Constituição de 1991.” (DURÁN, 2006, p.120)

²⁸ Entre eles estão a criação de opinião pública, solidarização com as vítimas, além da reconciliação e da diplomacia pela paz. (DURÁN, 2006, p.120).

utilização, ainda que seja ela a responsável por dar alma às mobilizações pela paz; 3) em terceiro, encontra-se a atuação política, envolvendo “[...] a participação eleitoral [...], os processos de concertação cidadã e o diálogos e negociações que buscam acordar alternativas de solução para problemas que enfrentam as organizações ou as comunidades locais.” (DURÁN, 2006, p.121, tradução nossa); 4) a quarta estratégia é o protesto, buscando pressionar o Estado para implantação de políticas que favoreçam o florescimento da paz; 5) Por fim, a resistência civil²⁹ que exige imposição frente os atores armados.

É possível perceber ainda que as mobilizações pela paz na Colômbia possuem um estilo pouco confrontativo³⁰ – como pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 – Formas de ações coletivas e níveis de Confrontabilidade

Categorias de Lofland	Níveis de confrontabilidade		Classes de Ações Coletivas
Ações Violentas	Alto	Nível 10	Ações que resultam em confrontos violentos
		Nível 9	Tomadas e bloqueios
		Nível 8	Ações de Resistência Civil
		Nível 7	Interrupções e greves
Ações de Protesto	Médio	Nível 6	Declarações de Neutralidade ou Zonas de Paz
		Nível 5	Marchas e Concentrações
		Nível 4	Participação eleitoral, diálogos e negociações
Ações Cívicas e Moderadas	Baixo	Nível 3	Processos de Consulta Cidadã Encontros, fóruns e Seminários
		Nível 2	Atos culturais e esportivos Organização e coordenação Celebrações ou atos religiosos
		Nível 1	Campanhas ou ações educativas Prêmios e homenagens

Fonte: DURÁN (2006, p.123), adaptado pelo autor.

Isto significa que as ações realizadas pouco se utilizavam de estratégias que implicavam o uso da força e enfrentamento direto com o adversário.

[...] 60% das ações aconteciam num baixo nível de enfrentamento com as autoridades e outros atores sociais; 37% significavam ações em nível intermediário e somente 3% alcançavam um alto nível de confrontabilidade. Apenas três ações,

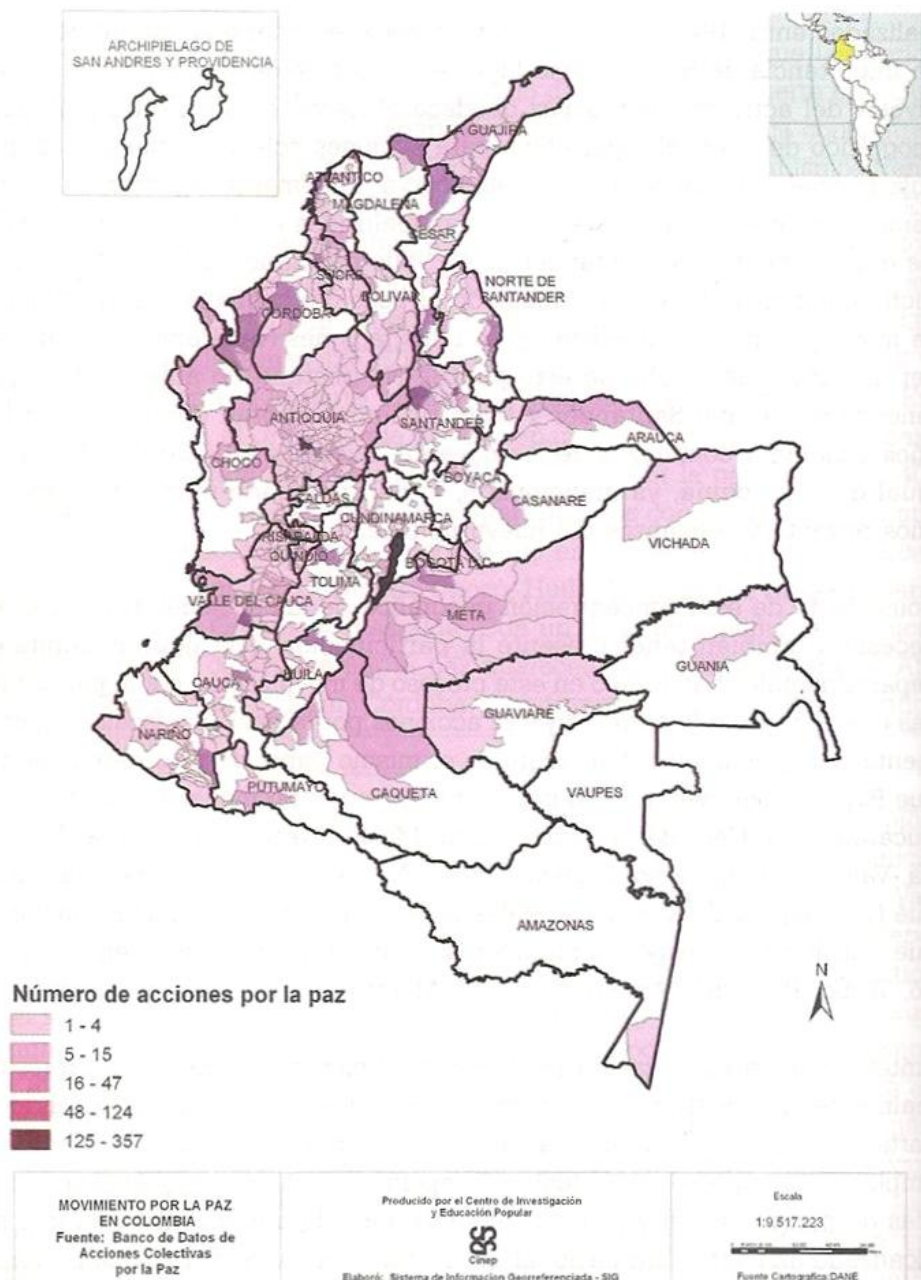
²⁹ A resistência civil pode acontecer de duas formas: as de maior enfrentamento, que exigem que a população faça frente diretamente ao ator armado – seja ele guerrilheiro ou paramilitar –; e aquelas que se traduzem em resistência civil com propósito claro de oposição à violência – como é o caso dos apagões coletivos voluntários ou dos grandes protestos –, mas que não envolvem confrontos físicos.

³⁰ Apontamos as estratégias aqui apresentadas como confrontativas ou pouco confrontativas, de acordo com uma escala desenvolvida por John Lofland (1993, p.190), que divide as táticas em níveis de confrontabilidade baixo, médio ou alto.

0,2% de 1703, implicaram no uso da violência. Assim, pode-se afirmar que em termos gerais a mobilização pela paz na Colômbia é uma forma de protesto cívico ou 'cortês' [...] (DURÁN, 2006, p.123, tradução nossa).

Ademais, as mobilizações pela paz cresciam não só em quantidade e em participação, mas também em alcance territorial, consolidando uma cobertura nacional – como pode se observar no mapa 2.

Ações Coletivas Pela Paz (1978 - 2003)



Fonte: DURÁN (2006, p.127).

Em algumas cidades, as mobilizações se mostravam mais fortes e estruturadas – por serem, muitas vezes, zonas de maior incidência do conflito – como é o caso de Antioquia, Santander, Valle de Cauca, Meta e Bogotá – capital do país. Essa última possui grande significância, já que por representar o centro político e geográfico do país, “[...] é o lugar óbvio para ações coletivas pela paz que buscam ter um caráter nacional [...]” (DURÁN, 2006, p.127).

2.2.1 Os Movimentos de Paz e os *Pontos de Quebra*

Diante do que foi exposto, é indispensável que se questione acerca da real possibilidade de sustentabilidade nas ações pela paz realizadas na Colômbia. Assim, torna-se imperativo distinguir as ações pontuais – com objetivos muito específicos ou ligados a certa classe social – daquelas voltadas, de fato, ao tema da paz, isto é, que possuem uma identidade específica, com atividades articuladas e periódicas. Por esse motivo, fazer uma análise de forma mais profunda – utilizando uma divisão temporal específica – é imprescindível.

Se olharmos para a problemática colombiana iremos identificar, no histórico das mobilizações, mas também no contexto político, quatro momentos distintos ou como denomina Durán (2006, p.129): pontos de quebra³¹. O primeiro período vai de 1978 – quando começam a surgir as primeiras expressões do que futuramente seria chamado de movimentos de paz – até 1985 quando ocorreu a ocupação do Palácio da Justiça – por integrantes do M-19, posteriormente recuperado pelo governo³². Após isso, o segundo, no intervalo entre 1986 até 1992 com a supracitada estratégia que ficou conhecida como Guerra Integral ou Frontal contra os grupos guerrilheiros ainda ativos. O penúltimo espaço temporal, no interlúdio entre 1993 e 1999, foi marcado, de fato, pelo florescimento de iniciativas de paz. As circunstâncias causadas pela Guerra Frontal criaram “uma dinâmica de demonstrações de massa que buscavam ações conjuntas através da sociedade civil em busca de fortalecer e criar as condições para uma paz negociada” (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.20).

³¹ O que se entende por pontos de quebra são eventos-chave de significado essencial para a compreensão do desenvolvimento da mobilização pela paz e contexto político do conflito colombiano.

³² Na ocasião em questão, o grupo de extrema esquerda M-19 ocupou o prédio do Palácio de Justiça, em Bogotá, mantendo cerca de 350 reféns, entre magistrados, servidores do Poder Judiciário e visitantes do local. Em reação, no dia seguinte, o Exército Colombiano retomou o Palácio, provocando a morte de 98 pessoas e o desaparecimento forçado de outras 13. Apenas em 2012, em sessão extraordinária da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Estado colombiano admitiu responsabilidade pelos desaparecimentos. Mais sobre o caso em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-11-12/em-sessao-no-brasil-colombia-pode-reconhecer-responsabilidade-em-desaparecidos-de-1985>. Acesso em: 19 de abril de 2014.

Em 1999, o último ponto de quebra, marcado pelo acontecimento de massivas marchas do grupo *No Más*, abrem espaço para um novo intervalo que merece atenção, entre 2000 e 2003.

Apesar do foco desse trabalho ser as duas últimas etapas – já que estão, historicamente inseridas no recorte temporal escolhido, isto é, no período de atuação do presidente Andrés Pastrana – apresentaremos, nesse capítulo, os dois primeiros intervalos, que servirão de base histórica aos acontecimentos posteriores.

2.2.1.1 Antecedentes: de 1978 a 1985

As primeiras manifestações, que posteriormente se transformariam e passariam a ser chamadas de movimentos pela paz, nasceram no período entre os anos de 1978 e 1985, que compreende os mandatos presidenciais de Julio César Turbay (1978-1982) e Belisario Betancur (1982-1986) – tendo, nesse último, um Processo de Paz como plano de fundo, facilitando os diálogos e debates acerca de propostas para geração de paz (DURÁN, 2006, p.129). Apesar disso, não se pode dizer que havia uma mobilização massiva, sustentável e com um amplo repertório de ações. Sendo assim, esse primeiro momento servirá como base para os anos seguintes quando as ações continuaram crescendo até atingirem seu pico na década de 1990 (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.19).

Durante esses primeiros anos, portanto, o repertório de ações se restringia às marchas, protestos e concentrações – que costumavam ser mais intensas nas maiores cidades do país como na capital, Bogotá, e o grande centro, Medellín. Podemos destacar, entre elas, a *Gran marcha obrera por la vida y la paz* (1982), a *Marcha por el derecho a la vida* (1983) e a *Gran caminata por la paz* (1985) (DURÁN, 2006, p.131). Ademais, outras importantes atividades se refletiam em tentativas de “conscientização, formação e debate de alternativas e agendas para a paz.” (DURÁN, 2006, p.130).

Levando, portanto, em consideração as frentes utilizadas para ação das mobilizações pela paz, é possível compreender que o nível de enfrentamento direto dessas atividades era baixo. “A ênfase estava nos processos de conscientização e formação, os quais certamente implicam em baixos níveis de enfrentamento [...]” (DURÁN, 2006, p.132). Isso se dava porque inicialmente não havia organização e participação popular suficiente para pressionar o governo ou os atores armados, “os vários movimentos pela paz, neste momento, eram ainda relativamente limitados e dispersos por todo o país [...]” (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.19).

Apesar de não se poder afirmar que, nesse espaço temporal, os movimentos de paz já estavam estabelecidos e estruturados, essas atividades voltadas à educação da população, isto é, à formação crítica acerca do tema da paz, serviu como alicerce para tudo o que viria a ser desenvolvido nos anos seguintes. “Há que se reconhecer que se constata a emergência de alguns focos ou ‘campanhas’ em que o interesse pela paz começa a ser central, como foram os esforços a respeito da anistia, a abertura democrática, a busca de alternativas para a paz e a negociação.” (DURÁN, 2006, p.132).

2.2.1.2 Institucionalização inicial das mobilizações: de 1986 a 1992

Durante o segundo intervalo, que vai do ano de 1986 a 1992, acontece, de fato, a estruturação dos movimentos de paz na Colômbia. As ações já iniciadas se consolidam, ganham força e se espalham por todo o território, deixando de se concentrar nas grandes cidades (DURÁN, 2006, p.134). Pode-se dizer que durante essa etapa, o número de atividades coletivas para a geração de paz sofre um crescimento significativo, que, segundo Duran (2006, p.134) é de 269,6%. Ademais,

Dois eventos na esfera política definem esse período e têm importância especial para as mobilizações pela paz: o processo de negociação e desmobilização do Movimento 19 de Abril (M-19), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, o Exército Popular de Libertação e Quintín Lame, e a reforma constitucional de 1991 que abriu e deu vida a participação democrática na Colômbia. (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.19)

O repertório de ações das mobilizações se diversifica, apesar de manter uma forte frente nas iniciativas formativas. Os foros, encontros e seminários continuam possuindo o maior peso entre as forma de mobilização (DURÁN, 2006, p.134). Isso se dá por dois motivos principais. O primeiro se refere ao fato de que a violência cresce no período – principalmente advinda do paramilitarismo – fazendo com que espaços de debate se tornem locais onde a população poderia denunciar a violência sofrida. Conforme Durán (2006, p.134), nesse ínterim acontecem 41 eventos desse tipo, como por exemplo, o *Foro por el derecho a la vida, la paz y la libertad* e o *Foro por los derechos humanos, la paz y el derecho a la vida*. Em segundo há o fato de que nesse período ocorreram processos de paz e, por esse motivo, grupos guerrilheiros foram desmobilizados e os diálogos com as FARC e o ELN aumentaram, gerando assim, espaço para debates acerca das alternativas para construção da paz (DURÁN, 2006, p.135).

Além disso, outras formas de ação coletiva pela paz começaram a ser empregadas e a se fortalecer. Uma delas foi o lançamento de diversas campanhas sobre o tema, que buscavam “por em marcha um processo de educação cívica comunitária que promoveria o reconhecimento da população como sujeito da democracia, que com deveres e direitos participam da construção de um país em paz.” (DURÁN, 2006, p.135). Algumas das mais importantes são a *Cruzada cívica por la paz en el Valle del Cauca, Medellín en paz e Viva la ciudadanía*.

A partir dessas iniciativas, portanto, nascem organizações que se propõem a trabalhar pela paz nas várias escalas geográficas. Localmente, algumas instituições se destacam, como é o caso do *Hombres de blanco*, grupo formado na cidade de Bogotá. Além dessa, pode se destacar a *Comisión de Convivencia Democrática*, que serviu como instrumento de pressão sobre o governo de Virgilio Barco Vargas (1986-1990) para que acontecessem negociações com grupos guerrilheiros e formulação de propostas para um processo de paz (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.19).

Outra frente de ação que surgiu e se estabeleceu nesse período foram os processos de concertação social, podendo ser destacados os diálogos regionais que aconteciam “com participação governamental, em busca de consensos em torno de alternativas para resolver as críticas situações de violência que estavam sendo apresentadas.” (DURÁN, 2006, p.136). Dessa forma, tais colóquios passaram a ser difundidos por boa parte do território colombiano, chegando, em algumas áreas a fomentar a realização de pactos sociais para o desenvolvimento e geração da paz (DURÁN, 2006, p.136).

Apesar de todas essas ações desenvolvidas, entre os anos de 1986 e 1990 as práticas violentas aumentaram – nomeadas por alguns acadêmicos como guerra suja³³. Esse fato, portanto, pode ser considerado um motivo para o aumento da efervescência nas mobilizações pela paz (DURÁN, 2006, p.137). Algumas atividades como as marchas e passeatas tiveram uma expansão considerável – muitas contando também uma massiva participação, como é o caso da realizada em Medellín no dia 12 de setembro do ano de 1986, na qual 20.000 pessoas estiveram presentes, ou em Bogotá, no ano de 1989, onde foram mobilizados 20.000 estudantes (DURÁN, 2006, p.137). Tal dinâmica se espalhou por todo o território, movimentando grandes parcelas da população.

³³ Esse período – entre os anos de 1886 e 1889 – foi chamado de “guerra suja” por causa do aumento sem precedentes da violência política no país, realizada principalmente pelos paramilitares, por meio de massacres que não só atingiam os guerrilheiros, mas também a população civil (DURÁN, 2006, p.141).

No entanto, “no final do período, há uma mudança na ênfase do protesto contra a violência, que continua a ser a principal causa de mobilização paz.” (DURÁN, 2006, p.137). Isso acontece porque mesmo com a continuidade das ações paramilitares, nesse ponto, emergem com mais força os protestos contra as agressões realizadas pelos guerrilheiros, como os sequestros ou os atentados à estrutura elétrica das cidades, levando ao lançamento de uma campanha a nível nacional contra o terrorismo (DURÁN, 2006, p.137).

Outro aspecto importante é que, na época em questão, diferentemente dos anos anteriores, se percebe um aumento no grau de confrontabilidade das ações. Esse crescimento se deu tanto no nível médio, quanto no alto. No primeiro caso, isso se explica a partir da supracitada ampliação dos atos públicos em defesa da vida e contra a violência. No segundo, há o início de iniciativas de ocupação de alguns espaços, como no caso em que “ocuparam a sede das Nações Unidas para tornar pública uma série de denúncias de desaparecimentos forçados.” (DURÁN, 2006, p.138). Ademais outros acontecimentos tiveram grande peso para que se registrasse um maior número de atividades confrontativas. Exemplos disso são as cinco tomadas realizadas, no ano de 1990 e 1991, por guerrilheiros que haviam sido reinseridos à vida civil e que reivindicavam que os acordos de paz realizados entre eles e o governo, fossem cumpridos (DURÁN, 2006, p.138). Assim, se explica o motivo pelo qual pode alegar que a partir desse momento, as mobilizações em favor da paz passaram a ter um maior peso sobre as decisões governamentais.

Esse maior poder de pressionar os órgãos públicos era motivado também pelo fato de que essas movimentações conseguiram, nesse momento, se espalhar e atingir um maior espaço geográfico. Tal crescimento não se restringiu apenas ao nível nacional, mas, passou a prevalecer nos âmbitos locais e regionais, imprimindo um perfil específico às mobilizações que viriam a se desenvolver no país (DURÁN, 2006, p.139). Ademais, esse florescimento se dá não só números de municípios alcançados, mas em zonas inteiras que passam a possuir forte ativismo em favor da paz.

Desse modo, é possível afirmar que nesse espaço temporal, emergem fortes ações que têm como foco o fim do conflito, geradas, principalmente, em resposta aos altos índices de violência, causados principalmente pelas ações dos paramilitares (DURÁN, 2006, p.141). Os massacres realizados, dentro daquilo que, como citado anteriormente, ficou conhecido como guerra suja, deram motivações para protestos e levantes em favor da vida. Portanto, as atividades realizadas no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 embasaram o aumento

exponencial de atuações no período seguinte, gerando novos espaços políticos de diálogo para construção de condições mínimas de paz (DURÁN, 2006, p.141).

2.3 O GOVERNO PASTRANA: ANTECEDENTES E CONTEXTO POLÍTICO

Após, o fim da Frente Nacional, passaram pelo governo diversos presidentes³⁴ que lançaram mão de diferentes táticas para colocar fim à guerra gerada e diluir os grupos criados – tanto os de esquerda, quanto os de direita. Porém, foi o governo de César Gaviria Trujillo, eleito em 1990 que deu bases para a eleição de Ernesto Samper e, posteriormente, de Andrés Pastrana Arango. Em seu mandato (1990-1994), Gaviria lançou a estratégia política conhecida como “guerra integral”³⁵. Por se utilizar de métodos violentos, esse plano sofreu forte desaprovação por vários setores da sociedade e acentuou o desejo de solução pacífica do conflito (ALVES, 2005, p.73-74).

Assim, nas eleições subsequentes, em 1994, o liberal Ernesto Samper se elegeu – derrotando o conservador Andrés Pastrana, em sua primeira tentativa – amparado pela boa recepção da proposta da desmilitarização de algumas regiões, que facilitaria o diálogo com os guerrilheiros. Entretanto, seu mandato ficou marcado por uma série de escândalos e polêmicas que englobavam um suposto envolvimento do presidente com os grupos guerrilheiros, indicando o possível financiamento de sua campanha com dinheiro advindo das práticas ilegais dos grupos (ALVES, 2005, p.75). Uma profunda crise econômica também abatia o país, no período em questão, o que deixou o governo Samper, ainda mais, à beira do colapso.

Por conseguinte, nas eleições do ano de 1998, Andrés Pastrana candidatou-se novamente à presidência. A plataforma política de sua candidatura se apoiou nas aspirações por um Processo de Paz, advindas de boa parte da população, que se inseriam, cada vez mais, nas várias mobilizações em favor da paz – seu adversário, Horacio Serpa, se utilizou de uma plataforma bastante semelhante, reforçando a legitimidade de tal estratégia, junto ao eleitorado colombiano, naquele momento. Dotado de maior capacidade de dialogar

³⁴ Alfonso López (1974-1978); Julio César Turbay (1978-1982); Belisario Betancur (1982-1986); Virgilio Braco Vargas (1986-1990).

³⁵ A política de embate que ficou conhecida como "Guerra Integral" ou "Guerra Frontal" foi realizada durante o governo de César Gaviria, na Colômbia (1990 - 1994). Sua elaboração ocorreu em reação à resposta hostil, por parte dos grupos guerrilheiros, às tentativas de diálogo e negociações anteriores. O governo desenvolveu, então, uma política de ofensiva permanente, com altos investimentos no termo bélico, fomentados, inclusive por novos "impostos de guerra". As consequências desse período foram investidas muito agressivas, especialmente por parte das FARC e do ELN, em setores distintos do governo, desde a mais comum violência urbana, até o ataque a infraestrutura petrolífera do país, causando severos prejuízos e uma pequena crise energética no país. Como reflexo do período, os grupos paramilitares se multiplicaram travando grandes disputas territoriais com as guerrilhas (COLOMBIA-SA, S/A).

diretamente com líderes e membros das FARC³⁶, mesmo em termos de uma agenda de paz, deu uma suave vantagem ao candidato conservador. Pastrana foi eleito com uma mínima diferença no percentual dos votos – 51% a 47% referentes a Horacio Serpa (ALVES, 2005, p.74).

Assim como definido durante sua campanha, a principal política governamental de Andrés Pastrana foi o Processo de Paz, lançado no seu primeiro ano de governo. Porém, no geral, os anos 1990 foram marcados por uma desaceleração no ritmo de crescimento do país. Desde 1997, as perspectivas para os anos futuros tornavam-se preocupantes e em 1999 a Colômbia sucumbiu a uma crise sem precedentes que atingiu fortemente a economia do país. (ALVES, 2005, p.34) Dessa forma, não só o conflito violava os direitos humanos, mas, além disso, por causa das dificuldades financeiras o Estado deixava, ainda mais, de atender às necessidades básicas da população.

³⁶ No que diz respeito à interação entre Pastrana e os movimentos de guerrilha, é válido ressaltar que aquele, durante a sua campanha, enquanto prefeito da cidade de Bogotá sofreu um sequestro por parte do cartel de Drogas de Medellín. Sua campanha ficou em suspenso, houve protestos generalizados e greve de jornalistas. Foi libertado pela polícia oito dias depois.

3 UMA ANÁLISE DO CASO COLOMBIANO: A GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA E O *PEACEBUILDING FROM BELOW*

3.1 A DIMENSÃO FORMAL: O PROCESSO DE PAZ A PARTIR DO ESTADO

Após ser eleito, em 1998, Andrés Pastrana se reuniu pela primeira vez com as FARC para iniciar os diálogos de um possível Processo de Paz e em setembro do mesmo ano, era anunciada a criação de zonas desmilitarizadas³⁷ – condição imposta pelas FARC para que o Processo tivesse início – que dariam mais abertura para que as negociações ocorressem (ALVES, 2005, p.76). Entretanto essa era apenas uma das cinco condições impostas pelo grupo guerrilheiro. As outras eram: “(1) o reconhecimento do caráter político da guerrilha, (2) a ‘descriminalização’ do protesto social, (3) o fim do pagamento à sociedade por serviços de inteligência, na base de recompensas e (4) o desmantelamento dos grupos paramilitares³⁸.” (ALVES, 2005, p.76).

Assim, num evento realizado em Sán Vicente del Caguán, no dia 7 de janeiro de 1999, as negociações têm início oficialmente³⁹. Nessa ocasião, o líder do grupo guerrilheiro não compareceu, demonstrando que as tentativas de conciliação não tinham começado tão bem quanto se esperava. Dessa forma, doze dias depois, em resposta a um massacre cometido por grupos paramilitares, os diálogos foram paralisados pelas FARC – esse congelamento das negociações continuou até abril desse mesmo ano (ISACSON, 2000, p.8). Tal entrave fez com que as FARC voltassem a realizar sequestros e a descumprir acordos, no período de rompimento com o governo, exigindo, portanto, um posicionamento claro em relação à ação paramilitar. Após esse período de impasses, as negociações voltaram a acontecer. No entanto, em de junho de 1999 – depois do Ministro da Defesa ter renunciado ao cargo, por

³⁷ Previstas para durarem noventa dias, as zonas desmilitarizadas foram uma iniciativa do governo colombiano, com o objetivo de facilitar o diálogo com as FARC. Abrangia San Vicente del Caguán, em Caquetá, e de La Uribe, Mesetas, La Macarena y Vista Hermosa, em Meta, com uma extensão de 42.139 Km². Na prática, significava a suspensão das atividades de monitoramento e controle, nas regiões, além da suspensão de ordens de captura contra alguns líderes do movimento guerrilheiro (ALVES, 2005, p.76).

³⁸ Algumas campanhas foram lançadas para cumprir essa exigência, no entanto, elas não alcançaram êxito – como a lançada em 1998 e “denominada ‘Bloco de Busca’[...]; depois, um ‘Centro de Coordenação para a luta contra os Grupos de Autodefesa’ foi anunciado em fevereiro de 2000; e, por último, um ‘Comitê Anti-Assassinatos’ foi declarado em vigor em janeiro de 2001.” (ALVES, 2005, p.77).

³⁹ Após a oficialização das conversações, as FARC apresentaram ao governo, um documento intitulado “Plataforma para um Governo de Reconstrução e Reconciliação Nacional”, que apresentava o posicionamento da guerrilha e aquilo que eles achavam essencial que fosse feito, para que acordos pudessem acontecer numa perspectiva de reconstrução e reconciliação nacional. Assim, a Plataforma de dez pontos, foi aprovada na VIII Conferência das FARC e foi reajustado no último plenário do Estado Maior Central de Março de 2000 (ISACSON, 2003, APUD ALVES, 2005, p.77; PÉCAUT, 2010, p.115).

discordâncias em relação às zonas desmilitarizadas – sequestros em massa voltaram a acontecer (ISACSON, 2000, p.8). Assim sendo, no fim do primeiro ano de negociações, percebia-se que não havia um desejo real de ambos os lados em negociar, pois o grupo guerrilheiro continuava ofensivo e o governo endurecia suas decisões.

As guerrilhas optaram por realizar uma grande ofensiva e o governo, por adotar um tom mais duro, de modo a disputar força e obter vantagem em suas posições particulares, quando da retomada dos diálogos. Estava exposta a fragilidade do entendimento que havia permitido os abraços trocados anteriormente (ALVES, 2005, p.79).

O ano 2000 começou com um pedido do governo em concordância com as FARC. Os dois atores “convidavam as forças políticas do país a fazer parte de um ‘grupo de apoio à mesa de negociação’ com o propósito de intensificar o fluxo de informação acerca do processo de paz.” (ALVES, 2005, p.80). Dessa forma, era possível ver progressos, inclusive contando com a participação internacional nas conversações sobre temas como cultivos ilícitos. Em novembro do mesmo ano, o presidente da república constituiu a *Frente Común por la Paz y contra la Violencia* que tinha o papel de assessorar operativamente as ações em favor da pacificação do conflito, sendo formada por Andrés Pastrana e outros seis políticos (GOVERNO COLOMBIANO, 2000). Entretanto, assim como no ano anterior, o processo de paz caminhava da mesma forma, pois em várias ocasiões o grupo guerrilheiro descumpria os acordos, fazendo com que as negociações fossem congeladas e retomadas diversas vezes – causando descontinuidade e a não efetividade das ações (ALVES, 2005, p.80). Assim, a Colômbia se encontrava num período de paz armada, onde o diálogo seguia três direções: 1) as negociações formais, que não conseguiam avançar em nenhum ponto; 2) as audiências públicas⁴⁰ onde a população podia apresentar propostas eram sempre caóticas e não obtinham a efetividade esperada – tais fatos eram motivados pela grande quantidade de discursos realizados nesses momentos e pela pouca apreensão, de fato, daquilo que representava a vontade popular; 3) e, por fim, eram realizadas reuniões de cúpula onde se negociava questões – que não estavam dentro da agenda – como o cessar-fogo e a troca de prisioneiros (ALVES, 2005, p.80).

⁴⁰ Muitos segmentos da sociedade colombiana e da comunidade internacional faziam-se presentes nessas audiências para debater soluções para o conflito e outros problemas do país. Em tais momentos, durante o período do processo de paz, 23.795 pessoas puderam ouvir 1069 expositores – entre esses, encontravam-se representantes de alguns movimentos de paz – trazendo ideias que esperavam poder ser agregadas aos momentos na mesa de negociação que esperavam que fossem acolhidas pela mesa de negociações (VALENCIA, 2002, p.50).

O ano de 2001 foi, no geral, bastante conturbado para a política internacional, sendo palco de eventos marcantes para a segurança internacional. Acontecimentos como os atentados do dia 11 de setembro aos Estados Unidos e o lançamento da *Guerra Global Contra o Terror* tiveram influência direta nas agendas políticas mundiais, inclusive na Colômbia, que já possuía forte relação bilateral com Estado norte-americano. Ademais, internamente, os colombianos enfrentavam muitos problemas com relação às ações violentas e ilegais que as FARC continuavam realizando (ALVES, 2005, p.85). “No auge de seu poder, em 2001, as FARC pretenderam até mesmo generalizar o sistema de extorsões, promulgando uma “lei”, a lei n. 002, que submetia a elas todos os possuidores de certo capital”, assim, quem se recusasse a pagar as taxas⁴¹ estipuladas, seria retido pelos guerrilheiros (PÉCAUT, 2010, p.75-76). Ademais, nesse momento do processo, as zonas desmilitarizadas se expirariam, porém, para prolongá-las, foi assinado o *Acuerdo de Los Pozos*⁴². Após essa decisão, as Forças Armadas da Colômbia retiraram o seu apoio às negociações, o que dificultava profundamente o seu prosseguimento (ALVES, 2005, p.82). Por outro lado, as FARC passavam por uma fase de oscilação entre as ações políticas e militares – motivada também pela ausência de unidade interna do grupo –, resultando em vários congelamentos nas negociações. “De um total de 1140 dias, o processo de paz esteve congelado durante 440 – o equivalente a 35% de sua duração – ora por iniciativa da guerrilha, ora por iniciativa do governo.” (ALVES, 2005, p.84). Dessa forma, durante essa etapa as desconfianças entre as duas partes, continuavam crescendo e enfraquecendo as tentativas de saída negociada do conflito.

Por fim, o ano de 2002 iniciava-se com uma intensa crise que levou ao anúncio, por parte do governo, do rompimento do processo de paz. Entretanto, atores internacionais como a ONU e o Grupo de Países Amigos⁴³ se ofereceram para ajudar na retomada das negociações.

Ao término de uma série de reuniões com o representante da ONU, as FARC emitiram um comunicado afirmando que o governo havia fechado as portas.

⁴¹ “Segundo o relatório publicado pelo Ministério da Defesa em 2003, o conjunto das extorsões teria representado naquela data cerca de 40% da receita das FARC, ou seja, a fonte mais importante depois da participação na economia da droga.” (PÉCAUT, 2010, p.76).

⁴² O Acordo de Los Pozos foi um tratado de 13 pontos assinado em nove de fevereiro de 2001 entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do governo do presidente Andrés Pastrana, durante as negociações de paz no meio do conflito armado colombiano. Foi assinado em Los Pozos, área rural da cidade de San Vicente. O acordo, na íntegra, com todas as suas diretrizes, pode ser acessado em: http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CO_010209_Acuerdo%20De%20Los%20Pozos.pdf

⁴³ O Grupo de Países Amigos da Colômbia, na citada ocasião, contava com França, Cuba, Suécia, Espanha, Itália, Noruega, Canadá, Suíça, México e Venezuela.

Propunham ao presidente a realização de um ato público para devolução dos cinco municípios (ALVES, 2005, p.86).

Dessa forma, apesar de ter um resultado inicialmente positivo – uma vez que o processo e a assinatura de acordos foram retomados – alguns dias depois, o cenário é revertido e o presidente encerra permanentemente as negociações após as FARC realizarem mais um sequestro. “O presidente mostrou provas dos vários delitos que foram cometidos pelas FARC na zona desmilitarizada [...], retirou o status político da FARC e reativou as ordens de captura contra os porta-vozes da organização.” (ALVES, 2005, p.87). Assim, depois do rompimento, as opiniões dos atores externos se dividiam ao discutir quem seria o culpado pelo fim da pacificação. Porém, ficou evidente que tanto as circunstâncias externas – como o 11 de setembro e todas as consequências decorrentes dele – quanto as internas – demonstrando, de ambos os lados, a ausência de maior empenho para a resolução do conflito – se colocaram, em todos os momentos, de forma desfavorável. (ALVES, 2005, p.88).

3.2 A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES INTERNACIONAIS NO PROCESSO

Apesar de possuir status de conflito intraestatal, isto é, de não envolver diretamente outros Estados, a problemática colombiana gerou visíveis desdobramentos regionais e globais. Entretanto, antes das iniciativas que foram tomadas pelo governo Pastrana, a participação de parceiros externos voltadas ao fornecimento de assistência técnica e financeira na busca por uma resolução das discordâncias, era escassa (OCAMPO, 2004, p.75).

Só recentemente houve um maior reconhecimento da crescente interdependência entre as nações e uma aceitação de que, além de sérios esforços internos, a colaboração ativa, com organizações internacionais, governos amigos e ONGs é necessária, a fim de alcançar a paz (OCAMPO, 2004, p.74).

Desse modo, durante o processo de paz em questão, houve um maciço envolvimento de atores internacionais na tentativa de “influenciar os atores armados, informando-os que suas táticas de guerra, financiamento através do tráfico de drogas, raptos e extorsões desafiavam diversos acordos multilaterais” (IBIDEM, 2004, p.75). Tal movimento de ampliação da participação internacional se deu, em grande medida, pela percepção de que o conflito colombiano havia, de fato, se expandido para além de suas fronteiras, atingindo o âmbito internacional. Assim, “confrontado com a internacionalização do conflito (...) o governo colombiano optou por uma ‘internacionalização da paz’. Convidou a comunidade internacional a compreender e cooperar na busca por soluções.” (OCAMPO, 2004, p.75).

Um dos parceiros internacionais mais importantes de toda a história colombiana são os Estados Unidos, país com o qual “sempre houve um cuidado por parte dos sucessivos governos da Colômbia quanto à manutenção de um bom relacionamento.” (ALVES, 2005, p.88). Portanto, durante o período do processo de paz, Pastrana visitou o país pela primeira vez como presidente, no ano de 1998. Naquela ocasião, a sua política de diálogo e busca por uma resolução pacífica do conflito foi bem acolhida pelo então governo Clinton (1993-2001). O presidente estadunidense estava inclinado à opção do diálogo, nos vários âmbitos, desde que tomara posse em seu cargo, por isso, “a estratégia antinarcóticos poderia deixar de ser unicamente repressiva para começar a articular-se a um grande plano de paz.” (ISACSON, 2003, APUD ALVES, 2005, p. 89).

Dessa forma, em suas visitas aos Estados Unidos, Pastrana apresentou diversos pontos dos planos para geração de paz que o seu governo abarcaria, tornando os americanos parte essencial à execução do processo (ALVES, 2005, p. 89). Um exemplo claro da importância dada aos estadunidenses – principalmente com relação ao seu papel dentro das ações que estavam sendo propostas – é a sua participação na análise da Plataforma para um Governo de Reconstrução e Reconciliação Nacional, documento produzido pelas FARC e destinado, inicialmente, apenas ao governo colombiano. “No seu último ponto estava claro o desafio para a solução do fenômeno da produção, da comercialização e do consumo de narcóticos, entendidos como um problema social grave que não poderia ser tratado pela via militar [...]” (ALVES, 2005, p. 90).

A partir disso, é possível constatar que o governo norte-americano possuía um privilegiado papel de mediação e diálogo entre as FARC e o governo colombiano. No entanto, um episódio⁴⁴ – no qual três cidadãos americanos perderam suas vidas – no ano de 1999, representou uma mudança de postura significativa por parte de Washington (ALVES, 2005, p.91). O otimismo com a opção diplomática começou a esvaecer-se e um posicionamento mais agressivo começou a tomar forma – tal postura seria ratificada no ano 2000, com a elaboração do chamado Plano Colômbia⁴⁵ (ALVES, 2005, p.90).

⁴⁴ Em 6 de março de 1999, os indigenistas norte-americanos Terence Freitas, Laheenae Gay e Ingrid Washinawatok, respectivamente de 24, 39 e 41 anos, foram mortos (...) após terem sido sequestrados, em 28 de fevereiro, departamento de Arauca. (ALVES, 2005, p.90).

⁴⁵ O Plano Colômbia foi um pacote criado para combater as narcoguerrilhas. Foi apresentado por Pastrana aos EUA, apesar deste país ter participado da sua elaboração em 1999 (no auge da citada política de mão dupla do estadista colombiano). Os objetivos do plano podem ser resumidos nos seguintes pontos: “(i) processo de paz; (ii) economia colombiana; (iii) desenvolvimento social e democrático; (iv) luta contra o “narcotráfico”; (v) reforma do sistema judicial e proteção aos direitos humanos” (GUZZI, 2006, p. 62).

Outros Estados tiveram participação considerável na busca pelas soluções pacíficas para o conflito, no período, mas de maneira bem menos bilateral. Países como Canadá, Cuba, Espanha, França, Itália, México, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela, fizeram parte da aliança que ficou conhecida como o Grupo de Países Amigos. A instituição era constituída por representantes de 26 ‘nações amigáveis’, comprimidas numa comissão facilitadora, com representantes das dez nações supracitadas, além de agentes da ONU (OCAMPO, 2004, p.76). Além disso, a organização agia por consenso, tendo um país coordenador – cargo com rotatividade de dois meses – e apoiava o processo de paz como observador, apesar de agir em momentos mais delicados como mediador.

Por outro lado, analisando o papel da ONU, de forma isolada, percebe-se que a Organização agiu de forma bastante difusa durante as negociações para a paz.

Na Colômbia, as circunstâncias de envolvimento das Nações Unidas relacionaram-se ainda a Jan Egeland, ex-ministro da Noruega, o qual havia visitado a Colômbia anos antes e se tornara amigo pessoal do político Andrés Pastrana, além de vir a ser um verdadeiro admirador do país. [...] A vitória de Andrés Pastrana e a proposta de reconciliar o país levaram Egeland a apresentar-se para ajudar, inicialmente, em caráter pessoal e, depois, com o respaldo do Secretário-geral das Nações Unidas (ALVES, 2005, p. 100).

Assim sendo, apesar da participação da instituição ter sido aceita abertamente pelas partes envolvidas no processo, o conselheiro especial⁴⁶ escolhido para substituir Egeland no caso, perdeu-se na nebulosidade da definição de suas funções – ora mediador, ora facilitador. Esse problema operacional fez com que as observações da ONU fossem frequentemente ignoradas por ambas as partes – governo e FARC –, subtraindo fortemente o poder de influência da instituição.

No que tange aos países vizinhos – os primeiros a serem afetados, direta ou indiretamente pelo conflito colombiano – a preocupação foi expressa de maneira crescente durante os anos 1990 e, em especial, durante o governo Pastrana. Alguns efeitos principais puderam ser sentidos de forma mais significativa em alguns deles. No Equador, até o período em questão, haviam chegado cerca de 6.000 refugiados colombianos – o mesmo aconteceu no Panamá, ainda que em menor escala (OCAMPO, 2004, p.76). Além disso, em situações posteriores, o Estado equatoriano foi acusado de permitir o fornecimento de armas para os diversos grupos envolvidos no conflito. Por outro lado, no caso da Venezuela, além dos deslocados, o país também se tornou o principal corredor para o tráfico controlado pelas

⁴⁶ O cargo de Conselheiro Especial, na Colômbia, foi ocupado primeiro pelo diplomata norueguês Jan Engeland, que retornou à Noruega para exercer o cargo de presidente da Cruz Vermelha, sendo assim sucedido pelo alemão James Lemoyne, no ano de 2002 (ALVES, 2005, p. 100).

FARC, além do mais comum destino para guerrilheiros feridos solicitando atendimento hospitalar (OCAMPO, 2004, p.76). Além disso, problemas com o transbordamento de algumas atividades ilegais – episódios relacionados ao tráfico de drogas e atividades de guerrilha local – através das fronteiras foram enfrentados por países como o Peru e, principalmente, o Brasil (OCAMPO, 2004, p.76).

Toda a preocupação dos países vizinhos, portanto, se refletiu na assinatura da Declaração de Lima, em novembro de 2001 – trazendo uma abordagem sistemática desenvolvida pela Comunidade Andina (CAN) (OCAMPO, 2004, p.77). O projeto consistia numa estrutura de esforços por parte dos países da organização, concentrados na redução dos armamentos em seus países, assim como a erradicação do tráfico de drogas. A iniciativa recebeu forte apoio dos Estados Unidos, que dedicaram cerca de 460 milhões de dólares para apoiar tais esforços (OCAMPO, 2004, p.77).

Entretanto, apesar de todas as posturas assumidas pelos diversos atores internacionais, é possível constatar que a participação deles foi, na maior parte do tempo, mantida de lado, prejudicando o processo e criando um cenário onde “a comunidade internacional e as Nações Unidas somente tiveram oportunidade de exercer um papel mais ativo nas conversações de paz em sua etapa já avançada.” (ALVES, 2005, p. 101).

3.3 TRAJETÓRA DOS MOVIMENTOS DE PAZ

3.3.1 A continuidade das ações: de 1993 a 1999

Entre todos os intervalos citados no segundo capítulo, o espaço temporal, que vai de 1993 a 1999, corresponde ao auge do ativismo e da mobilização pela paz.

Os movimentos políticos que definiram as mobilizações pela paz nesse período foram a declaração da “guerra integral” pela administração de Gaviria e a crise decorrente do Processo Judicial 8000 a respeito da doação de dinheiro do tráfico de drogas para a campanha eleitoral do presidente Ernesto Samper. (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.20)

Dessa forma, principalmente no fim dos anos 1990, isto é, entre 1997 e 1999 – fim do governo Samper, período eleitoral e início da administração de Andrés Pastrana – houve uma escalada no número de ações pela paz. Assim,

Não só foi evidente a existência de uma demanda pública, organizada e massiva pela paz [...] mas igualmente uma cobertura geográfica de caráter nacional e uma extensa

rede de organizações com uma identidade e segurança de sua atuação como conglomerado. (DURÁN, 2006, p.141)

Tal aumento se deve entre outras coisas, à crise econômica e política, provocada durante o governo Samper. Um exemplo concreto é o envolvimento do setor do empresariado com as propostas do processo de paz, apresentadas por Andrés Pastrana desde a sua campanha (ALVES, 2005, p.75). Houve uma movimentação no setor que se traduziu em um documento, promulgado durante a Assembleia Nacional da *Asociación Nacional de Empresarios de Colombia* (ANDI) de 1999, que trazia o posicionamento favorável dos empresários em relação à Agenda Comum por uma nova Colômbia. Tal agenda tinha como pauta a preocupação com a qualidade de vida da população colombiana e com uma distribuição de renda mais equitativa, incluindo a realização da reforma agrária integral – buscando uma relação democrática entre Estado e sociedade (ALVES, 2005, p.75).

Ademais, as mobilizações sociais pela paz continuaram aumentando seu repertório de ações, variando com relação às frentes de ação e consolidando as estratégias próprias – resistência civil, criação de zonas de paz e prêmios pela paz – dos movimentos pela paz, além daquelas típicas aos movimentos sociais. Assim, ações educativas – numa tentativa de remover a violência já instaurada e inserir a cultura de paz no cotidiano colombiano – pertencentes à primeira estratégia, são amplamente utilizadas, chegando a representar 56% das ações realizadas no período (DURÁN, 2006, p.142).

Algumas dessas atividades – periódicas ou pontuais – em formato de campanhas e programas com o propósito de promover a defesa à vida, aos direitos humanos e a convivência cidadã pacífica, são: a *Semana por la paz*; *Semilleros por la paz*; *Jornadas de desarme*; *Gertores de paz*; *Cultura para la vida*; *Paz y equidad entre mujeres y hombres*; *Um cuento por la paz*; *Mujeres por la paz*; *Quiero mi colegio en paz*; *Los derechos humanos son paz*; *Deja tu huella em siglo XX: adiós a la violencia*; e *La paz de los mil días*⁴⁷. Além desse viés, outros formatos voltados à educação foram fortalecidos, como é o caso dos encontros, foros e seminários, sendo, entretanto, direcionados ao tema da paz e sobre como fomentá-la, no lugar de debater sobre a situação de violência. Alguns desses eventos devem ser destacados pelo significativo resultado político e social, dando origem a algumas importantes organizações, entre eles estão o *Encuentro Nacional de Iniciativas contra la Guerra y por la*

⁴⁷Busca contrapor-se fazendo uma crítica à guerra civil que marcou profundamente a história do país, durante o século XX e que ficou conhecida como *Guerra de los Mil Días*.

Paz, que serviu de base para a criação, em 1993, da *Redepaz*⁴⁸; já no ano de 1995, o *Seminario Nacional Paz Integral y Sociedad Civil*⁴⁹; a *Cumbre del Mandato de los Niños por la Paz*⁵⁰ e a *Asamblea por la Paz*⁵¹, no ano de 1996; por fim e com grande importância, em 1998, a *Primera Plenaria de la Asamblea Permanente de la Sociedad Civil por la Paz*⁵².

A criação das organizações ou a expansão das existentes, representando a estratégia de número dois, deteve, nesse intervalo temporal, seu maior crescimento. As mais importantes instituições foram criadas, como é o caso da *Redepaz ou Red Nacional de Iniciativas por la Paz y contra la guerra* (1993); do *Comité de Búsqueda de la Paz y la Comisión de Conciliación Nacional* (1995); *Ruta Pacífica de las Mujeres* (1996); *La Red de Universidades por la Paz y la Convivencia* (1997); *Consejo Nacional de Paz y la Asamblea Permanente de la Sociedad Civil por la Paz* (1998); e o encontro do *No Más* em combate aos sequestros e desaparecimentos forçadas (1999) (DURÁN, 2006, p.144).

No que diz respeito à atuação política – terceira estratégia –, “até os anos finais do período de 1997 a 1999, se consolidam os conselhos e as comissões locais e regionais que têm como fim impulsionar os diálogos e os processos de concertação sociais” (DURÁN, 2006, p.145). Exemplos relevantes disso são a concepção – por parte da Comissão de Conciliação Nacional – de uma proposta de política de paz a ser realizada pelo Estado, em 1997, a criação da *Frente Social Amplio por la Vida e contra la Guerra*, em 1998 e o estabelecimento de grupos de trabalho pela paz a nível local. De igual modo, ações de cunho político-eleitoral tiveram grande efeito em ocasiões como é o caso da campanha *Voto em Blanco por la Paz* – ligada a diversas organizações – e a organização de Mandatos, como é o caso do *Mandato Ciudadano por la Paz, la Vida y la Libertad*, “[...] que obteve o respaldo de dez milhões de votos [...]” (DURÁN, 2006, p.146).

⁴⁸ A "Red Nacional de Iniciativas por la Paz y contra la guerra" (REDEPAZ) é uma organização que surgiu no ano de 1993. É uma iniciativa civil com o intuito de articular diversos processos regionais que se opunham à extensão da guerra e da violência. A Redepaz atua em todo o território nacional colombiano, tendo como objetivo a construção de uma nação que tenha como eixo a paz, a civilidade e a democracia. Para mais informações sobre a Redepaz, consultar: <http://www.redepaz.org.co/>

⁴⁹ Foi o seminário que significou o auge dos encontros que haviam sido realizados no país com o objetivo de discutir propostas para um futuro processo de paz, com a Coordenadora Guerrilheira.

⁵⁰ Realizado para dar sequência ao *Mandato de los Niños y Niñas por la Paz*, que aconteceu no ano de 1996 e surgiu da colaboração entre diversas instituições tais como a Redepaz, a UNICEF- Colômbia além de mais de 20 outros aliados. O Mandato possuía o objetivo de elevar o protagonismo das crianças na luta pelos seus direitos em meio aos conflitos do país. Para mais informações, consultar: http://www.saliendodelcallejon.pnud.org.co/buenas_practicas.shtml?x=7113.

⁵¹ “Assembleia de caráter nacional convocada pela *USO, Ecopetrole* a *Oficina del Alto Comisionado para la Paz*, que promulgou a constituição de um amplo movimento nacional pela paz, proposta que buscou concretizar-se dois anos depois na primeira plenária da *Asamblea de la Sociedad Civil por la Paz*.” (DURÁN, 2006, p.144)

⁵² Plenária antecedida por diversos congressos regionais, departamentais e setoriais.

Dentro das estratégias quatro e cinco, percebem-se em relevo os atos de protesto e as declarações de zonas de paz, respectivamente. As marchas e ações de contestação tiveram, portanto, um considerável aumento no fim dos anos 1990, já que as mobilizações pela paz, no geral, tornaram-se mais massivas⁵³. Algumas das mais significativas são: *La vida se toma Medellín*⁵⁴, *Abriendo el camino de la paz*⁵⁵, *Ruta pacífica de las mujeres hacia Urabá*⁵⁶, além das inúmeras realizadas em apoio ao *Mandato por la Paz*⁵⁷, e o *No Más*⁵⁸. Por outro lado, diversas áreas do território colombiano se declararam nesse período, zonas de neutralidade⁵⁹ sendo “por um lado, uma clara manifestação de fadiga frente à situação de violência e, por outro lado, por ter ultrapassado o ‘limite do medo’ (cf. Albo, 1993), que provocam as ações violentas dos vários atores armados” (DURÁN, 2006, p.148).

Entretanto, toda efusividade e grande número de ações dentro das mais variadas estratégias, em nenhum momento, entre os anos de 1993 e 1999, se traduziram em alto nível de confrontabilidade. Assim, “um fato interessante nesse período é que [...] não se registra nenhuma que tenha implicado no uso da violência ou o choque violento com as autoridades.” (DURÁN, 2006, p.149).

Por fim, analisando a extensão geográfica que as mobilizações atingiram, se constata que houve um aumento de 147 para 350 municípios e assim, pode-se dizer que, de fato, é algo que possui uma dimensão nacional – presença maior em municípios que enfrentavam um alto índice de violência, por outro lado, nas zonas de desmilitarizadas, onde se faziam as negociações com as FARC, as movimentações em favor da paz tinham um dinamismo relativamente baixo. Ainda, segundo Durán é possível perceber a:

[...] existência de dois recursos operantes dentro do movimento pela paz: um de caráter regional, que envolve mobilizações massivas e busca ter impacto nas políticas governamentais, particularmente nos processos em curso, e outro de ordem local, que implica um trabalho formativo e organizativo de médio a longo prazo, que busca gerar diversas expressões de poder nos processos regionais e locais (2006, p.149, tradução nossa).

⁵³ “Mais de 2,5 milhões de pessoas participaram de 40 marchas entre abril e setembro, e mais de 8 milhões de pessoas mobilizadas em 24 de Outubro de 1999, participando de passeatas e eventos em mais de 180 municípios [...]” (FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO, 2004, p.21)

⁵⁴ Realizada em 1993 “[...] tem uma participação de 40.000 pessoas, que protestam contra a situação de violência que se vive na cidade.” (DURÁN, 2006, p.147).

⁵⁵ A marcha estudantil ocorreu em 1995 objetivando abrir caminho à tolerância, ao diálogo e ao respeito à vida.

⁵⁶ Realizou-se em 1996, com os objetivos de rejeitar a violência contra a mulher, pedir uma saída negociada do conflito e declarar que se negavam a conceber mais filhos condenados à guerra.

⁵⁷ Em 1997 foram realizadas diversas marchas para pedir ao governo que considerasse o diálogo como único mecanismo que poderia colocar fim no conflito.

⁵⁸ Marchas massivas contra os sequestros, realizadas durante todo o ano de 1999, mas principalmente no dia 24 de outubro quando ocorreram em 180 municípios em toda Colômbia.

⁵⁹ Parte delas fazia parte do programa *Cien Municipios de Paz*, realizado pela Redepaz em todo o território.

Desse modo, esse período, de fato, representa o vértice das mobilizações sociais pela paz e preenche todos os aspectos necessários para ser reconhecido como movimento e não como atividade pontual, com uma imensa rede de organizações em todos os níveis, desde o nacional ao local, articulados e consistentes.

3.3.2 O processo de enfraquecimento: de 2000 a 2003

Entre os anos de 2000 e 2003, no geral, pode-se afirmar que houve um processo de declínio nas ações coletivas pela paz, principalmente à nível nacional – enquanto que localmente, percebe-se inclusive um aumento das práticas. Porém, essa inatividade diz respeito também aos espaços de coordenação, às organizações envolvidas com o tema e ao próprio governo, que silenciam suas atividades. No que diz respeito ao repertório de ações no período – dentro da primeira estratégia – é perceptível uma grande queda. A única exceção são os prêmios, que anteriormente haviam nascido, mas ganham força a partir desse momento, de modo especial o *Premio Nacional de Paz*⁶⁰. Por outro lado, apesar de sofrerem a maior queda desde o início das mobilizações, os foros e seminários mantêm os esforços para promoção de alguns eventos. Como é o caso da já institucionalizada *Semana por la Paz*, ou de outros importantes esforços antibélicos, como as III e IV plenárias da *Asamblea por la Paz* (2001), o *Congreso Paz realizada y País* (2002) e a *Constituyente Emancipadora de las Mujeres “Nuestro Pacto por la Paz”*. (DURÁN, 2006, p.153)

Nesse espaço temporal, a segunda estratégia – criação de organizações –, conserva-se com o mesmo ritmo. As organizações já criadas e consolidadas, assim como a *Redepaz*, o *Consejo Nacional de Paz* e a *Asamblea Permanente de la Sociedad Civil por la Paz*, continuam suas atividades. Ao mesmo tempo, novas instituições são criadas, a exemplo do *Consejo Provincial de Paz*, a *Red de Estudiantes por la Paz y la Convivencia*, *Planeta Paz*, o *Protectorado Ciudadano por la Vida*, o *Movimiento Social por la Paz em Sumapaz*, o *Laboratorio de Paz del Magdalena Medio*, a *Red Nacional de Consiliadores Escolares* e o *Consejo Consultivo de la Costa Atlántica*.

No que diz respeito à atuação política que corresponde à terceira estratégia, existe um aumento das atividades de concertação social à nível local. Alguns exemplos disso são os processos de constituintes municipais ou departamentais ocorridas em diversas regiões do

⁶⁰ “Este prêmio foi criado em 1999 por diversos meios de comunicação social (*El Tiempo*, *El Espectador*, *El Colombiano*, *Revista Semana* e *Caracol Radio y TV*) e a ONG de origem alemã *Fescol* para promover o reconhecimento de experiências positivas na construção da paz no país [...]”. (DURÁN, 2006, p.152)

país; os processos de concertação ligados aos planos de paz; além dos mais inovadores como “[...] os programas de desenvolvimento e paz promovidos de maneira consciente durante esse período com o apoio da cooperação internacional (União Europeia) através dos chamados Laboratórios de Paz.” (DURÁN, 2006, p.154).

Nesse intervalo de tempo os protestos e marchas, características da quarta estratégia, aumentam consideravelmente. Ademais, fica perceptível em 82% das reivindicações não acontecem apenas em relação aos atos violentos realizados apenas por um dos polos do conflito, mas por todos (DURÁN, 2006, p.154). Entretanto, os movimentos perdem parte do poder de pressão que haviam obtido nos anos anteriores, enfraquecendo o apoio ao Processo de Paz, que passava pelo processo de ruptura. De igual modo, as ações de resistência civil – quinta estratégia – têm uma elevação nas ações executadas. Há, assim, a declaração de mais áreas do território como zonas de paz – muitas delas ligadas ao programa *Cien Municipios de Paz* da Redepaz. Tais ações de resistência civil – apesar de algumas experiências violentas – eram, predominantemente, movimentos não violentos de reação aos grupos armados. Essa estratégia costumava partir da população civil desarmada, com algum destaque para as lideranças indígenas. “Foram mais impactantes para a opinião pública, os casos em que a população civil desarmada partiu para enfrentar um grupo armado, particularmente guerrilhas.” (DURÁN, 2006, p.155) – motivo pelo qual nas eleições seguintes, a população optou pelo candidato que prometia usar a força para conter o conflito.

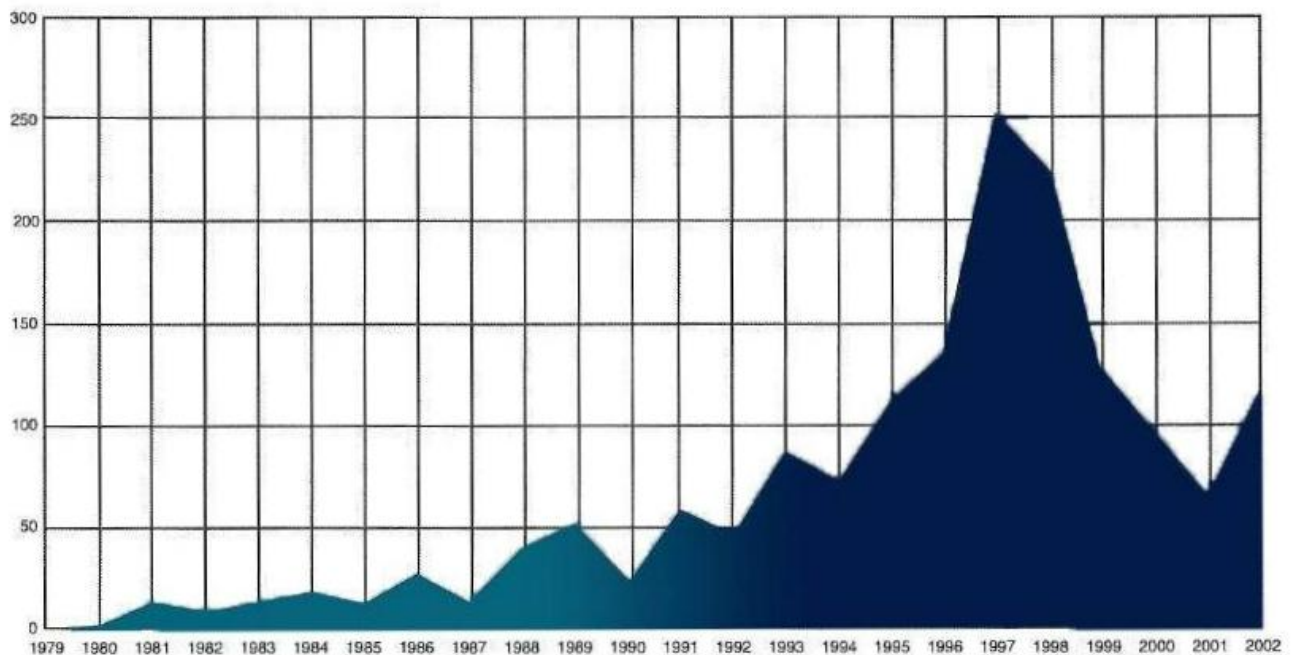
Dessa forma, com tal aumento nas movimentações de resistência civil, é factível que também as taxas de confrontabilidade se elevaram. A população não se sentia satisfeita com o Processo de Paz – que se rompe sem que nenhuma vantagem seja obtida – encurralada pelos altos níveis de violência. Por esses motivos, há uma decisão de reagir de forma mais enfática. Portanto, isso explica o motivo de pelo qual nesse período há uma queda nas ações de nível baixo ou médio – foros, seminários e protestos – e um aumento naquelas que representam um nível mais alto, fazendo parecer que “[...] no lugar de avançar em direção à paz se passou a uma situação de maior respaldo às opções de força e segurança.” (DURÁN, 2006, p.156) – sendo confirmado com a eleição de Álvaro Uribe, logo em seguida.

Por conseguinte, entre os anos de 2000 e 2003 comprova-se uma diminuição também na distribuição geográfica dos movimentos pela paz, estabelecidos anteriormente em praticamente todo o território colombiano. Assim como houve o período de expansão, há a partir daqui uma contração no dinamismo das ações. Segundo Durán (2006, p.158) “[...] quando a mobilização pela paz parecia ter atingido o seu pico, os espaços organizativos e de

articulação foram incapazes de resolver as tensões e paradoxos que o amplo processo havia despertado.”.

Conclui-se a partir da análise de todas as manifestações em favor da paz, durante os anos 1990 e início dos 2000, que, de fato, a sociedade colombiana não se acomodou com a situação de intenso conflito, mas, pelo contrário, buscava resistir e gerar a paz. Entretanto, no período que oficialmente ocorreu o processo de paz a população recuou, determinando, em muitos momentos, sua falha – tal cenário fica claro se olharmos para os dados quantitativos (vide Gráfico 1).

Gráfico 1 – Iniciativas pela paz na Colômbia (1979-2002)
Número total de iniciativas em cada ano



Fonte: FERNÁNDEZ, DURÁN, SARMIENTO (2004, p.21), adaptado pelo autor.

3.4 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO FRACASSO DO PROCESSO

Com o fim do processo de paz implantado durante o Governo Pastrana os diversos atores envolvidos se posicionaram de formas diferentes, procurando quem seria o culpado pela falha e quais seriam as possíveis explicações para isso (ALVES, 2005, p. 87). No entanto, percebe-se, a partir de análises com base nas abordagens da Segurança Humana e do *peacebuilding from below*, que o que aconteceu, de fato, foi um conjunto de erros que culminou não só com a falha na resolução negociada do conflito, mas também na ação do

Estado como provedor de ferramentas para o desenvolvimento da população. Portanto, destrinchando os acontecimentos do período, é possível perceber alguns indicativos de que a iniciativa possuía uma forte predisposição ao fracasso.

Nas eleições de 1998, o candidato Andrés Pastrana, assim como descrito nos tópicos anteriores, foi eleito sobre uma plataforma que defendia a realização de diálogos com os grupos guerrilheiros (ALVES, 2005, p. 120). Entretanto, antes mesmo de assumir a presidência, as conversações foram iniciadas – tanto porque o candidato ganharia mais confiança dos eleitores, quanto porque o cenário de violência no país era extremo e exigia urgência (ALVES, 2005, p. 121). Por esse motivo, não foi possível desenvolver uma estratégia numa fase essencial que a literatura da Resolução de Conflitos chama de pré-negociação. “Na experiência colombiana, em especial, uma fase de pré-negociação possibilitaria identificar um momento maduro [...], poderia contribuir à assinatura dos primeiros acordos, além de permitir a realização de escolhas estratégicas.” (ALVES, 2005, p. 120).

Adicionado a esse fator problemático inicial, existia também uma perceptível falta de coesão em ambos os lados, que impedia que as decisões tomadas fossem acatadas por todos os integrantes. “O desafio era, então, conciliar os interesses conflitantes, de modo a eliminar, desde a raiz, a incompatibilidade de posições.” (ALVES, 2005, p. 110). Por parte do governo colombiano, existia um desejo de encontrar uma via política de resolução, porém, outros atores – internos e externos – diretamente ligados ao poder central, insistiam numa ação mais incisiva utilizando aparatos militares. Por outro lado, as FARC também não conseguiam cumprir suas promessas de cessar fogo, em muitos momentos durante o processo, porque alguns de seus integrantes não concordavam com as negociações.

O quadro de confusão e incerteza foi favorecido ainda pelo fato de que [...] as FARC mantiveram uma estrutura organizacional particularmente ambígua. À medida que o processo se mostrava sujeito às interferências traumáticas dos paramilitares e ao progressivo rearmamento das Forças Armadas, sua divisão interna entre as vertentes política e militar favorecia a segunda (ALVES, 2005, p. 106).

A partir disso, a tentativa de construção de confiança entre os dois principais atores envolvidos foi prejudicada. Sem unidade nas ações e na representação, o cenário era sempre de muita incerteza. “Especialmente na Colômbia, deve-se admitir a capacidade do conflito – de longevidade histórica – de moldar o comportamento e as mentes dos atores envolvidos. As identidades antagônicas já se haviam tornado enraizadas [...]” (ALVES, 2005, p. 110). Ademais, as várias tentativas de resolução dos conflitos, realizadas pelos governos anteriores,

através de processos de paz, geraram desgaste e antes mesmo do início do Governo Pastrana já se acumulavam as históricas falhas, prejudicando assim uma possível construção de confiança. Desse modo, para conseguir atravessar tais bloqueios, o governo propôs a criação das zonas desmilitarizadas.

O mero ato de sentar-se para dialogar com um grupo social que não pertencia à elite já se tornava um ato de solidariedade pela paz, apresentando-se, repito, como um primeiro passo no sentido de romper com a histórica relação de exclusão e dominação em relação à base social guerrilheira (ALVES, 2005, p. 111-112).

Fazendo isso, o Estado se propunha abertamente a reconhecer o caráter político da guerrilha e abria portas às conversações, possuindo assim maior confiabilidade. Avaliando essa atitude era possível crer que havia, de fato, um verdadeiro empenho em privilegiar meios não bélicos para a tentativa de diluir a guerrilha. Entretanto, na prática, o que ocorreu foi a utilização – por parte das FARC – dessas áreas para atividades ilegais, perdendo assim, sua importância original – como ferramenta para conciliação entre os atores do conflito. Portanto, “ao esvaziar-se de uma perspectiva integrativa, a delimitação de uma zona desmilitarizada configurou, *per se*, fronteiras ideológica e identitária. Expressou nitidamente a dicotomia entre ‘dentro’ e ‘fora’, [...] entre o ser e o não ser.” (ALVES, 2005, p. 112). A partir disso, ambos os lados julgavam que ganhos individuais, muitas vezes barganhados por meio de ações violentas, eram mais proveitosos que a existência de confiança possíveis acordos entre as partes – prevalecendo o jogo de soma zero⁶¹. “O próprio compromisso por um cessar-fogo mostrava-se fortemente subordinado a um dilema de segurança interno e era dificultado pelo risco individual de ficar em situação precária ao demonstrar debilidade ou diminuída capacidade de dissuasão.” (ALVES, 2005, p. 113).

A partir desse cenário, é possível constatar que desde o início, o conflito envolveu uma grande quantidade de questões profundas e complexas. Sendo assim, um dos principais empecilhos ao avanço dos diálogos durante o Governo Pastrana diz respeito a grande quantidade de envolvidos no cenário, tornando a missão de integra-los e enquadra-los – com

⁶¹ A teoria dos jogos é um ramo da matemática utilizada por diversos campos das ciências sociais – em especial, após a chamada revolução behaviorista – para explicar o comportamento de atores em jogos repetidos. O chamado jogo de soma-zero é uma situação hipotética, na qual o ganho de um dos atores implica, necessariamente, em perda para o outro, inviabilizando a possibilidade de cooperação e privilegiando a deserção. O exemplo mais frequentemente utilizado, inclusive para o campo das Relações Internacionais, é o chamado dilema ou paradoxo do prisioneiro, definido por Raymond Aron como o problema clássico da teoria dos jogos, “Duas pessoas suspeitas são interrogadas separadamente - há a convicção de que cometeram uma infração de pouca importância e a suspeita de que são culpadas de um crime grave. Se os dois se calarem (a2, b2), receberão pena pouco severa, relacionada com a infração (+5). Se A confessar (a1) e B não o fizer (b2), A escapará ao castigo (+ 10), e B receberá a pena mais severa (- 10). Se os dois confessarem, ambos serão punidos, embora menos severamente.” (ARON, 2002, p.924)

seus diferentes papéis, interesses e peculiaridades – no processo de paz, complicada e sensível. Esses diversos posicionamentos dos envolvidos na problemática colombiana, nos remetem ao conceito de *spoilers* – papel que pode ser identificado no caso (ALVES, 2005, p.115). Para a literatura, um *spoiler* pode agir de duas formas distintas. A primeira possibilidade é que eles se apresentem como aqueles que criam dificuldades à resolução do conflito, quando buscam assegurar uma melhor posição num possível acordo. A segunda se refere aos que vão muito além e se opõem aberta e explicitamente à concretização de quaisquer acordos de paz (MIAL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.99). Desse modo, no caso ora abordado, identificamos, ao menos, dois atores importantes que agiram como *spoilers*.

Tomando como ponto de partida a participação estrangeira, esmiuçada anteriormente, também a partir de um ponto de vista mais crítico, é possível identificar que apesar de, como supracitado, a relação entre os dois países sempre ter possuído contornos especiais e diferenciados, há uma mudança de postura significativa, por parte dos Estados Unidos quanto ao processo, durante o governo Pastrana. É, portanto, esse momento que nos faz classificar os Estados Unidos como um *spoiler* do processo em questão – na medida em que se posiciona dentro da primeira forma de agir como tal, isto é, gerando dificuldades à resolução do conflito. Sua opção por um enfrentamento mais direto dos grupos insurgentes ficou marcada pela elaboração do Plano Colômbia – pacote que significava não só a injeção de grande quantia de dinheiro para o aparelhamento das Forças Armadas da Colômbia, como a presença de agentes estadunidenses de diversas naturezas em solo colombiano⁶².

A decisão do governo colombiano em dar prosseguimento às conversas sobre a implementação do Plano Colômbia – seja por pressão norte-americana ou por interesses internos – foi recebida pelos grupos guerrilheiros como uma escolha pela continuidade da lógica de enfrentamento, respondida com o aumento das atividades violentas. Assim, o processo seguiu paralelamente à existência dos combates:

Nesse contexto, em meio à continuidade do processo de paz, o advento do Plano Colômbia fortaleceu a percepção tradicional de que uma derrota militar definitiva poderia ser imposta à guerrilha. Nisto, a resposta guerrilheira foi uma declaração tácita de guerra [...] o grupo guerrilheiro tornava evidente seu entendimento de que o processo de paz caminhava em paralelo à manutenção de um cenário histórico de enfrentamento armado (ALVES, 2005, p.106).

⁶² Era possível supor que cerca de quinhentos soldados e agentes de inteligência estadunidenses estariam alocados nas proximidades para monitorar aviões e plantações ilícitas na região sudoeste da Colômbia, além daqueles que já existiam, monitorando ações ou mesmo representando contingente efetivo no Estado colombiano (VILLA & OSTOS, 2005, p.10).

Por outro lado, já que o papel de *spoiler* não necessariamente é exercido por um ator externo, é possível identificar, nesse caso, as associações paramilitares – eles se opunham de forma aberta ao processo, caracterizando o segundo perfil dos *spoilers* – como barreiras internas ao desenvolvimento dos diálogos. Em grande parte, isso se deve ao fato de que durante o governo Pastrana tais grupos foram afastados da mesa de negociação, havendo “uma opção pela exclusão sistemática de potenciais aliados (...) terceiros atores importantes ao progresso do processo de paz.” (ALVES, 2005, p.88, 126).

Dessa maneira, a manutenção das atividades dos paramilitares ratifica a supracitada falta de uma estratégia para a paz bem estruturada, por parte do Estado colombiano. Além disso, a escolha por não incluir os grupos em questão das conversações resulta na não discussão sobre desmobilização e responsabilização de seus membros, determinando a consequente continuidade no enfrentamento com as FARC. Ademais, essa opção por não negociar com os *paras*, não foi substituída pelo enfrentamento aos grupos. Tal vazão de ações gerou uma circunstância que buscava transparecer a irrelevância dos grupos, quando, na verdade, eram detentores de importante papel no desenrolar do conflito.

De fato, excluídos do processo de paz e, ao mesmo tempo, não confrontados com grandes resistências militares, as unidades de autodefesa de direita puderam se fortalecer. À medida que sua expansão se traduzia em centenas de mortes entre a população civil e os vínculos com o narcotráfico se mostravam necessários para dar conta dos seus elevados gastos militares, os paramilitares constituíam-se num grande obstáculo à paz (ALVES, 2005, p.85).

Tal exclusão ocorreu não só com os grupos de extrema direita, mas com diversos outros atores que foram continuamente afastados do cenário onde aconteciam os diálogos. Assim, a histórica e tradicional exclusão política – que também é a própria base de todo o conflito – continuou se desenvolvendo, mesmo em meio as tentativas de construção da paz. Desse modo, o processo não abarcou “nem mesmo o Conselho Nacional de Paz, criado por lei durante a administração anterior e composto por dezoito representantes do governo e dezenove representantes de vários setores não governamentais [...]” (ALVES, 2005, p.85). No âmbito externo, diversos países – vizinhos, mas também os mais distantes – possuíam interesse na finalização do conflito armado na Colômbia. Tal cenário,

podia resultar do fato que os grupos armados ilegais, favorecidos inclusive pelos desequilíbrios econômicos gerados pela globalização, recorriam ao contrabando de várias mercadorias lícitas e ilícitas. Desse modo, tratava-se de uma guerra civil que se nutria dentro e fora do Estado (ALVES, 2005, p.119).

Apesar disso, atores internacionais como a ONU e o Grupo de Países Amigos tiveram poucas chances de atuação durante os quatro anos de conversações e, nem mesmo como

mediadores, alcançaram grandes êxitos, já que só foram incluídos a tal estrutura quando o processo já estava desgastado (ALVES, 2005, p.118).

Finalmente talvez um dos mais importantes setores que deveriam estar envolvidos no processo – ficando atrás apenas do próprio governo e das FARC – era o da sociedade civil.

Havia papéis específicos a serem conferidos à sociedade civil no pós-conflito, cujas atribuições precisavam ser debatidas já na mesa de negociações. Em especial, havia temas relativos à reconciliação dos vários segmentos da sociedade, à reinserção social dos combatentes [...] e à atenção ao quadro de traumas e esperanças, os quais não podiam prescindir de uma abrangente discussão (ALVES, 2005, p.120).

A participação massiva desse setor através dos movimentos de paz no período anterior à eleição de Andrés Pastrana proporcionava maior legitimidade a tais atores, podendo se esperar, portanto, que tais mobilizações possuíssem um peso considerável durante os diálogos (ALVES, 2005, p.120). Entretanto, a dimensão da participação dos civis em favor da paz foi enfraquecida por causa de, pelo menos, dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é referente ao momento em que o presidente Pastrana (1998-2002) assume o cargo de presidente. A partir daí ele se apresenta como executor do processo de paz, assumindo, através do governo, todos os anseios da sociedade e adquirindo, a partir daí, legitimidade para levar adiante as conversações.

Isso implica em uma mudança no discurso governamental com relação à participação da sociedade civil: “Antes, quando havia um presidente ilegítimo, a sociedade civil tinha um papel. Agora não, agora o governo é que representa a sociedade”, discurso que [...] diminui o protagonismo que as iniciativas pela paz possuíam, e acaba orientando seus esforços a respaldar a iniciativa de paz do governo [...] (DURÁN, 2006, p.284).

O segundo aspecto, que, até certo ponto deriva do primeiro, diz respeito ao fato da população colombiana não ter possuído representação suficiente durante o processo, tendo sofrido essa exclusão por ambos os lados – governo e FARC – na mesa de negociação.

O lado do governo foi constituído majoritariamente por membros do partido Conservador e, entre os quinze componentes, apenas dois eram do partido Liberal, sendo um destes a única mulher, além de um oficial militar da reserva e um representante da Igreja. [...] A guerrilha, julgando-se a verdadeira expressão da sociedade civil, suspeitava dos movimentos urbanos, tomava-os como burgueses e, assim, relutava em reconhecer a relevância de grande parte dos grupos em defesa da paz e dos direitos humanos. (ALVES, 2005, p.85).

Assim sendo, parcelas essenciais da sociedade civil e profundamente interessados na resolução do conflito foram sumariamente deixadas de lado. Segundo Adam Isacson (2003, p.19 APUD ALVES, 2005, p.85) negros e afro-colombianos sequer contavam com um

representante nas conversações, mesmo que, juntas, tais comunidades representem mais de um terço da população colombiana.

A partir das lacunas identificadas até aqui, torna-se possível inferir que não tendo sido capaz de suprir às demandas apresentadas acima, o governo colombiano também falhou em satisfazer, um a um, os seis princípios de segurança humana que devem direcionar as atividades em zonas de guerra, apresentados no primeiro capítulo do presente trabalho.

Dessa forma, no que diz respeito ao primeiro ponto, a *primazia dos Direitos Humanos*, é possível identificar falhas profundas, uma vez que sequestros, extorsões, mortes, torturas e violações indiscriminadas da dignidade humana continuaram a ser uma prática corriqueira dos grupos armados envolvidos e do próprio governo, que em muitos momentos deixou de cumprir seu papel. O segundo ponto que trata da necessidade de uma *autoridade política legítima*, demonstra que o Estado colombiano falhou mais uma vez pela falta de responsividade e por não prover espaços para o engajamento político de sua população, transitando assim entre Estado falido e autoritário. Conseqüentemente, o terceiro princípio, uma *abordagem de baixo para cima (bottom-up approach)* – um dos pontos mais importantes e com o qual fazemos uma ligação direta ao conceito do *peacebuilding from below* – evidentemente não foi contemplado. Diversas linhas foram aqui dedicadas a demonstrar como a sociedade não foi inserida de fato no processo, com o agravante de que setores tradicionalmente excluídos da população colombiana sequer foram convidados às discussões – sendo, portanto, um processo implantado de cima para baixo. Dentro do quarto item, relativo à necessidade do *multilateralismo efetivo*, é possível constatar que apesar do envolvimento de diversas organizações, setores internos e países – como a ONU, o Grupo de Países Amigos, Movimentos pela Paz, Governo – eles trabalharam isoladamente ou com pouquíssima integração. Em quinto, constata-se que, para um conflito com sérios desdobramentos regionais, a necessidade de um *foco regional* foi pouco considerada, sendo possível perceber apenas abstrata participação dos países vizinhos, afetados diretamente pelos embates. Além disso, o papel dos Estados Unidos se deu de forma a gerar dificuldades para a resolução do conflito. Por fim, também é impossível identificar um *comando civil claro*. Isto se dá pela inexistência de uma liderança civil que agisse como ponte entre governo e sociedade civil, além de elo entre as partes interessadas.

Partindo dos pontos apresentados como causa para as falhas na tentativa de execução do processo de paz durante o Governo Pastrana, fica claro a improbabilidade do seu sucesso. Assim, não se conseguiu realizar aquilo que a abordagem da Segurança Humana trás como

princípios ou modelos conceituais – que deveriam ser o ponto de orientação para ações em zona de conflito – e, muito menos, aquilo que é apontado pela literatura da Resolução de Conflitos, mais especificamente do *peacebuilding from below*. Sendo assim,

uma vez que o processo de paz não considerou em abrangência os motivos do conflito e, de igual modo, ignorou a satisfação das necessidades de cada um dos atores, deixou de construir incentivos à transigência e falhou em estabelecer relações harmônicas, em transformar a estrutura do conflito, e em torná-lo menos violento e não tão cegamente hostil (ALVES, 2005, p.122).

Portanto, o complexo Processo de Paz colombiano, aqui abordado, não obteve êxito em seus objetivos – apesar da anterior participação da sociedade civil em movimentos de paz, capaz de definir a plataforma de governo –, uma vez que fracassou em seguir não apenas parte, mas todas as indicações elencadas pelo pano de fundo teórico seguindo a tradicional divisão e exclusão social interna do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história colombiana, assim como descrita nos tópicos anteriores, foi marcada profundamente pela violência, que, ao longo do tempo tornou-se um problema estrutural que atingia principalmente a sociedade civil do país. Inicialmente, causada pelas questões políticas entre dois partidos – Liberal e Conservador – acabou transformando-se em um conflito armado, ligado a grupos guerrilheiros, paramilitares e a diversas práticas ilegais. Entretanto, o tema da construção da paz, desde governos como o de Belisario Betancur (1982-1986), vem estando presente nas pautas dos governos, inspirados pelos anseios advindos da própria sociedade (ALVES, 2005, p.125).

Mas, foi entre os anos de 1993 e 1999 – antes e durante a administração de Andrés Pastrana (1998-2002) – que, de fato, ocorreram iniciativas realmente relevantes para a resolução pacífica do conflito (ALVES, 2005, p.125). A proposta de realização do processo de paz, que já fazia parte da plataforma política do candidato Pastrana nas eleições de 1998, partia da ação de grupos formados por diversos setores da sociedade – ou seja, partindo “de baixo para cima”. Tal iniciativa aparentemente teria êxito, já que propunha pontos nunca antes tratados dentro de outros processos de paz – dando maior atenção às necessidades básicas sociais e nas ações não violentas –, além de privilegiar o diálogo com as FARC, principal organização guerrilheira. Desse modo, encaixava-se naquilo que os autores adeptos do conceito de Segurança Humana – enquanto teoria das novas agendas de Segurança Internacional – e de abordagens como a do *peacebuilding from below* – enfatizada durante esse trabalho – tinham como parâmetro para o sucesso na resolução de conflitos.

Entretanto, avaliando os quatro anos da tentativa de resolução negociada do conflito, foi possível perceber, a partir das lentes teóricas aqui utilizadas, que apesar de haver alguns poucos acertos, em geral, o governo Pastrana falhou essencialmente na busca pela geração da paz e naquilo que caracteriza a geração de segurança humana. Portanto, no período em questão, a população continuou sofrendo fortemente com massacres efetuados por grupos paramilitares e ofensivas realizadas pelos próprios membros das FARC, que não pararam suas atividades em nenhum momento durante as negociações – utilizando-se, muitas vezes, das zonas desmilitarizadas.

Sendo assim, podemos sintetizar que o que ocorreu no período foi a ausência de real interesse na resolução negociada do conflito, deixando claro que o processo não possuía bases sólidas para se desenvolver de forma positiva (ALVES, 2005, p. 125). Durante sua execução,

pôde-se comprovar que houve a ausência de pontos essenciais como: planejamento estratégico, antes e durante as negociações; abertura efetiva ao diálogo por parte do governo e das FARC, que em diversos momentos se abstiveram do seu compromisso; consenso interno em ambos os lados; ação de *spoilers* evitando o sucesso do processo, direta e inderetamente; e, por fim, a falta da participação ativa de atores essenciais – externos e internos – como a sociedade civil colombiana, não havendo, portanto, possibilidade de haver *peacebuilding from below* – essa ausência foi causada tanto por parte dos dois atores principais, que excluía outros participantes, quanto pela falta de coordenação interna dos movimentos de paz (ALVES, 2005, p. 126).

Ademais, investigando as circunstâncias de forma mais detalhada, observou-se que os próprios movimentos de paz, no período, agiram seguindo um caminho paradoxal. Se por um lado, no período imediatamente anterior e ainda no início do governo Pastrana, tais mobilizações cresceram de modo a dar visibilidade e voz a uma população severamente afetada pela violência, gerando um cenário sem precedentes. Por outro,

[...] devido ao peso que têm no imaginário e nas práticas políticas – as lutas subversiva e anti-subversiva, sendo a primeira um meio de promover a mudança social e, a segunda, uma forma de evitar isso – faltou à mobilização pela paz, uma teoria sólida acerca da mudança social por meios não violentos, que a permitisse lutar por uma paz que envolve, simultaneamente, uma maior justiça social e condições de segurança para todos [...]. O resultado foi a impossibilidade de unir a força social e política necessária para obrigar os grupos armados a parar a guerra e efetivamente gerar políticas públicas que permitisse tornar real a paz que se reivindicava (DURÁN, 2006, p.288).

Portanto, a partir da identificação e explicação dos motivos para o fracasso do processo – com base em vários aspectos, no que dizem respeito àquilo que a Segurança Humana e o *Peacebuilding from Below* apontam –, algumas consequências podem ser identificadas:

Dentre as implicações imediatas da falência do Processo de Paz no governo de Andrés Pastrana, ampliou-se a percepção de que a guerra civil se esvaziara ainda mais de sua natureza político-militar, em favor de perspectivas que a interpretavam como um problema relacionado essencialmente à lei e à ordem, segundo as quais o emprego da força continuou sendo aceito como o meio adequado. Por conseguinte, foi assegurada a histórica indiferença das classes dirigentes quanto ao descompasso entre os desenvolvimentos social e econômico do país, aliado à tradicional insuficiência no âmbito da representação política (ALVES, 2005, p.123).

Desse modo, mesmo com relativos esforços realizados para modificar o cenário político da Colômbia, aspectos problemáticos desse panorama não sofreram grandes alterações. Isso gerou, acima de tudo, profunda frustração com a equivocada condução das

negociações, o que manteve uma sombria tradição na Colômbia – a população seguia depositando boa parte de sua fé nos novos governantes, em vez de crer nas instituições políticas formais (RESTREPO, 2004, p. 48). Tal situação de desapontamento com a fórmula das negociações de paz, somada ao pouco interesse do próprio governo e das FARC no processo, recolocaram a sociedade a um estado de desânimo com o tema da paz. Esse cenário proporcionou um terreno fértil para uma mudança de eixo no tocante ao andamento da relação entre governo e FARC, que se daria a partir da administração seguinte – sob o comando de Álvaro Uribe (RESTREPO, 2004, p. 49).

Por fim, tendo em vista todas as análises aqui levantadas e as circunstâncias avaliadas, podemos afirmar que a hipótese estabelecida como ponto de partida para a pesquisa – de que a não ocorrência da geração de segurança humana ocasionou o fracasso do Processo de Paz – está confirmada. Isso se dá porque, principalmente, alguns grupos necessários para tal, como a sociedade, os beligerantes e os atores externos – ou seja, a parte não estatal – foram negligenciados no processo de paz. Além disso, foram identificados outros equívocos, supracitados, na condução do processo, que também influenciam diretamente nos resultados observados.

REFERÊNCIAS

- ABOZAGLO, Patty. “Colombia: Ending Impunity – Towards a Culture of Peace”. *Trócaire Development Review*, p. 103-116, 1998.
- ALVES, Marcos Celso. *Um mandato para a paz: o ocaso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998-2002)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, PUC-Rio, 2005.
- APONTE, David, RESTREPO, Jorge A. *Guerra y violencias em Colombia: herramientas y interpretaciones*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009.
- ARAVENA, Francisco. “El Riesgo de la superposición entre las políticas de Defensa y Seguridad”. *Nueva Sociedad*, Nº 213, p. 36-49, 2008.
- BAJPAI, Kanti. Human Security: Concept and Measurement. *Kroc Institute Occasional Paper*. Vol. 19, Nº 1, p. 1-64, 2000.
- BALDWIN, David A. The concept of security. *Review of International Studies*. Vol. 23, p. 5-26, 1997.
- BERNAL, F. & all. Orígenes: La Guerra en la Periferia. In: *El Conflicto, Callejón con Salida. Informe Nacional de Desarrollo Humano para Colombia*. Bogotá: PNUD, 2003.
- BENFORD, Robert D., TAYLOR IV, Frank O. Peace Movments. In: KURTZ, Lester A. (org.). *Encyclopedia of Violence, Peace and Conflict*. San Diego: Academic Press, Vol. 2, p. 771-786, 1999.
- BRUDERLEIN, Claude. *The role of non-state actors in building human security: the case of armed groups in intra-state wars*. Geneva: Centre for Humanitarian Dialogue (HD Centre), 2000.
- BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of international security*. 1ª ed. New York: Cambridge University Press, 2003.
- CAMPBELL, Susanna, CHANDLER, David, SABARATNAM, Meera. *A Liberal Peace?: The Problems and Practices of Peacebuilding*. United Kingdom: Zed Books, 2011.
- CASTRO, André Dunham de. *A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil*. 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- CCN. S/A. *Quiénes Somos*. In: http://www.ccncol.org/quienes_somos.shtml (acessado em 23 de dezembro de 2013.)

CINEP. *BASE DE DATOS DE ACCIONES COLECTIVAS POR LA PAZ (DATAPAZ)*. In: http://www.cinep.org.co/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=41&Itemid=97 (acessado em 30 de abril de 2014).

COLLINS, Alan. *Contemporary Security Studies*. 1ª ed. New York: Oxford University Press Inc, 2007.

COLOMBIA. 1999. *Plan Colombia-Anexo 1: Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado*. In <http://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/planof.html> (acessado em 23 de junho de 2013).

COLOMBIA. 2000. *Acuerdo Nacional Conformacion 'Frente Común por la Paz y contra la Violencia'*. In: <http://goo.gl/nH8Nek> (acessado em 31 de agosto de 2014).

COLOMBIA-SA. S/A. *PRESIDENTES DE COLOMBIA*. In: http://www.colombia-sa.com/presidentes/cesar_gaviria.html (acessado em 23 de dezembro de 2013).

CONTEH-MORGAN, Earl. “Peacebuilding and Human Security: a Constructivist perspective”. *International Journal of Peace Studies*, Vol. 10, Nº 1, p.69-86, 2005.

DURÁN, Mauricio García. *Movimiento por la paz en Colombia 1978-2003*. 1ªed. Bogotá, D.C.: Cinep, 2006.

FERNANDÉZ, Carlos, DURÁN, Mauricio García, SARMIENTO, Fernando. Peace mobilization in Colombia, 1978-2002. In: DURÁN, Mauricio García (org.). *Alternatives to War: Colombia's peace processes*. London: Conciliation Resources/CINEP, p. 18-23, 2004.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALTUNG, Johan. “An Editorial”. *Journal of Peace Research*, Sage Publications, Vol. 1, Nº1, p. 1-4, 1964.

GALTUNG, Johan. *Theories of Peace: A Synthetic Approach to Peace Thinking*. 1ª ed. Oslo: International Peace Research Institute, 1967.

GIDRON, Benjamin, KATZ, Stanley N., HASENFELD, Yeheskel. *Mobilizing for Peace: Conflict Resolution in Northern Ireland, Israel/Palestine, and South Africa*. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2002.

GJØRV, GUNHILD HOOGENSEN. “Security by any other name: negative security, positive security, and a multi-actor security approach”. *Review of International Studies*. Vol. 38, Nº 4, p. 835-859, 2012.

GUZZI, André Cavalier. *As Relações Eua-America Latina: Medidas e Consequências da Política Externa Norteamericana para Combater a Produção e o Tráfico de Drogas Ilícitas*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Programa Interinstitucional (UNESP – UNICAMP – PUC/SP), 2008.

HENRIQUES, Miguel Barreto. “Peace of Little Nothings’: a view within the Peace Laboratories in Colombia”. *Journal of Peace, Conflict & Development*. Vol. 20, p. 115-131, 2013.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS - Comisión de La Seguridad Humana. *La seguridad humana, ahora*. Esbozo del Informe de la Comisión de Seguridad Humana. Costa Rica: PNUD, 2003.

ISACSON, A. *The Colombian Dilemma. International Policy Report*. In <http://www.ciponline.org/images/uploads/publications/coipr001.pdf> (acessado em 11 de abril de 2014). Washington D.C.: Center for International Policy (CIP), 2000.

KALDOR, Mary. “Human Security in Complex Operations”. *A Journal of the Center for Complex Operations*, Vol. 2, Nº 2, p. 3-14, 2011.

KALDOR, Mary, BEEBE, Shannon D. *The Ultimate Weapon is no Weapon*. 1ª ed. New York: Perseus Books, 2010.

KALDOR, Mary, STIGLITZ, Joseph E. *The Quest for Security: Protection Without Protectionism and the Challenge of Global Governance*. New York: Columbia University Press, 2013.

KALYVAS, Stathis. ““New” and “Old” Civil Wars: A Valid Distinction?”. *World Politics*. Vol. 54, Nº 1, p. 99-118, 2001.

KEATING, Michael, PORTA, Donatella della (org.). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KERR, Pauline. Human Security. In: COLLINS, Alan (org.). *Contemporary Security Studies*. New York: Oxford University Press Inc, p. 91-108, 2007.

LIJPHART, Arend. “Comparative Politics and the Comparative Method”. *American Political Science Review*, Vol. 65, Nº 3, p.682-93, 1971.

MCDONALD, Geraldine. *Peacebuilding from below: Alternative perspectives on Colombia’s Peace Process*. London: Catholic Institute for International Relations, 1997.

MORO, Bruno. In: DURÁN, Mauricio García. *Movimiento por la paz en Colombia 1978-2003*. Bogotá: Cinep, p. 21-22, 2006.

OCAMPO, Augusto Ramírez. The role of the international community in Colombia. In: DURÁN, Mauricio García (org.). *Alternatives to War: Colombia’s peace processes*. London: Conciliation Resources/CINEP, p. 74-78, 2004.

PARIS, Roland. “International Security; Human Security, paradigm shift or hot airs?”. *International Security*, Vol. 26, Nº 2, p. 87-102, 2001.

PÉCAUT, Daniel. *As FARC: Uma Guerrilha sem fins?*. 1ª ed. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERALES, José Raúl (org.). *Reforma de las Fuerzas Armadas en America Latina y el impacto de las amenazas irregulares*. 1ª ed. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2008.

PEREZ DE ARMIÑO, Karlos. Seguridad Humana y Estudios Críticos de Seguridad: de la Cooptación a la Emancipación. In: ARMIÑO, Karlos Perez de, AZKUE, Irantzu Mendia (org.). *Seguridad Humana: Aportes críticos al debate teórico y político*. Madrid: Editorial Tecnos, p. 23-57, 2013.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD) – BUENAS PRÁCTICAS PARA SUPERAR EL CONFLICTO. 2013. *Saliendo del Callejon*, publicado em [http://www.saliendodelcallejon.pnud.org.co/buenas_practicas.shtml]. Disponibilidade: 12 de setembro de 2013.

RABASA, Ángel, CHALK, Peter. *El laberinto colombiano. Propuestas para la resolución del conflicto*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

RABASA, Ángel, CHALK, Peter. *Columbian Labyrinth: The Synergy of Drugs and Insurgency and its Implication for Regional Stability*. Arlington, VA: RAND's Publication, 2001.

RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIALL, H. *Contemporary Conflict Resolution*. 2ª ed. Cambridge: Polity Press, 2005.

REDEPAZ. *Institucional – Quiénes Somos*. Disponível em: <http://www.redepaz.org.co/Institucional>. (Acessado em 23 de dezembro de 2013)

RESTREPO, Luis Alberto. “La difícil recomposición de Colombia”. *Nueva sociedad*, N° 192, jul-ago, p. 46-58, 2004.

RESTREPO, J. M. O. Urgencias Militares vs. Prioridades Políticas. In: RABASA, A., CHALK, P. (org.). *El Laberinto Colombiano - Propuestas para la resolución del conflicto*. 1ª ed. Bogotá D.C.: Departamento de Publicaciones de la Universidad de Colombia, p.146, 2003.

ROCHLIN, J. F. *Vanguard Revolutionaries in Latin America*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003.

RODRIGUES PEREIRA, Julio. *Análise de Dados Qualitativos*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. ““Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias”. *Contexto Internacional*, Vol. 33, N° 2, p. 407-433, 2011.

SIMONS, G. *Colombia: A Brutal History*. London: Saqi Books, 2004.

SORJ, Bernardo. “Segurança, Segurança Humana e América Latina”. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, Vol.2, N°3, p. 41-59, 2005.

TADJBAKSH, Shahrbanou, CHENOY, Anuradha M. *Human Security: concepts and implications*. New York: Routledge, 2007.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. "Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional". *Contexto Internacional*, Vol.1, Nº24, p. 129-166, 2002.

VALENCIA, L. *Adiós a la Política, Bienvenida la Guerra*. Bogotá, D.C.: Intermedio Editores, 2002.

VAN EVERA, Stephen. *Guide to Methods for Students of Political Science*. 1ª ed. London: Cornell University Press, 1997.

VARGAS, Alejo. *El papel de las Fuerzas Armadas en la Política Antidrogas Colombiana 1985-2006*. 1ª ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

VILLA, Rafael Duarte, OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. *Revista brasileira de Política Internacional*. Vol.48, Nº 2, p. 86-110, 2005.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

WALTZ, Kenneth N. *Man, the State and War*. New York: Columbia University Press, 1954.

WOLFERS, Arnold. "National Security" as an Ambiguous Symbol. *Political Science Quarterly*, Vol. 67, Nº 4, p. 481-502, 1952.